



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Forças de Abertura de um Teatro de Operações

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Maj Inf Ricardo Alexandre de Almeida Gomes Cristo

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Forças de Abertura de um Teatro de Operações

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Maj Inf Ricardo Alexandre de Almeida Gomes Cristo

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus Amigos ausentes por poder contar com eles.

Ao meu Pai por aquilo que me ensinaste.

À minha Mãe por aquilo que me amaste.

À minha Irmã por aquilo que vivemos.

À minha Esposa por aquilo que somos.

Para ti, Luísa.

Para os que virão.

AGRADECIMENTOS

Sob esta forma de agradecimento, deixo um apreço especial, em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser ao meu Orientador, o Sr. Major de Infantaria Ricardo Cristo pela sua dedicação, empenho e orientação tendo feito uso do seu tempo pessoal para acompanhar este trabalho.

À Academia Militar e ao seu corpo de docentes, pelo esforço em ministrar a melhor formação. Dessa forma, dando as condições e ferramentas ao autor para a execução desta investigação.

Uma palavra de apreço ao Coronel Prazeres pela sua disponibilidade em partilhar a sua visão, experiência e conhecimento relativamente a Forças Nacionais Destacadas.

A todos os entrevistados, pela disponibilidade em partilhar a informação necessária para a execução da investigação, e pelo reviver das suas experiências vividas.

Um agradecimento especial à Sra. Professora Jessica Anica pela sua disponibilidade em contribuir nas correcções ortográficas e gramaticais.

Uma palavra de apreço para a minha família pela sua compreensão pelo tempo perdido e dispendido necessário para a realização desta investigação.

Um agradecimento especial aos que me rodeiam diariamente e que estão sempre presentes.

ÍNDICE

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Índice	iii
Índice de figuras e quadros	vi
Lista de siglas e abreviaturas	vii
Resumo	ix
Abstract	x

INTRODUÇÃO

Definição do Objectivo	1
Finalidade do Trabalho	2
Objectivos da Investigação	2
Questões da Investigação	2
Metodologia Empregue	3
Estrutura do Trabalho	3

Parte I – SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE

1.1 O PAPEL da NATO NOS CONFLITOS	7
1.2 NATO E A PROJECCÃO DE FORÇAS	8
1.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PSO	10
1.3.1 PEACE ENFORCEMENT	11
1.3.2 PEACE KEEPING	11
1.3.3 Conflict Prevencion	11
1.3.4 PEACEMAKING	12
1.3.5 PEACEBUILDING	12
1.3.6 HUMANITARIAN OPERACIANS	12
1.3 SÍNTESE CONCLUSIVA	12

CAPÍTULO 2

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PORTUGAL E AS SUAS OBRIGAÇÕES.....	14
2.2 O CONFLITO DOS Balcãs	16
2.3 A PROJECCÃO DAS FORÇAS	17
2.3.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA	17
2.3.2 Kosovo	19
2.4 A ESTRUTURA INTERNACIONAL	20
2.4.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA.....	20
2.4.2 Kosovo	21
2.5 A ESTRUTURA NACIONAL	21
2.5.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA.....	21
2.5.2 Kosovo	22
2.6 A LOGÍSTICA NO TO	22
2.6.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA.....	22
2.6.1 Kosovo	23
2.7 A PSICOLOGIA NAS OPERAÇÕES.....	23
2.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	24

PARTE II - SUSTENTAÇÃO PRÁTICA

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1 METODOLOGIA DE ABORDAGEM.....	26
3.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	26
3.2.1 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO.....	27
3.2.2 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DIMENSÕES	27
3.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRAS.....	28
3.2.4 INSTRUMENTOS UTILIZADOS	28
3.2.5 REGISTO E TRATAMENTO DE DADOS	28
3.3 Síntese Conclusiva	29

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DE ENTREVISTAS	30
4.1.1 TÁTICO	30
4.1.1.1 Análise do Conteúdo à Questão n.º 9	30
4.1.1.2 Análise do Conteúdo à Questão n.º 11	32
4.1.2 LOGÍSTICO	33
4.1.2.1 Análise do Conteúdo à Questão n.º 15	33
4.1.2.2 Análise do Conteúdo à Questão n.º 16	34
4.1.3 ESTRUTURA INTERNACIONAL	35
4.1.3.1 Análise do Conteúdo à Questão n.º 10	35
4.1.3.2 Análise do Conteúdo à Questão n.º 12	36
4.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS	37
4.2.1 PSICOLÓGICO	37
4.3 SÍNTESE CONCLUSIVA	38
CONCLUSÕES	39
BIBLIOGRAFIA	42

APÊNDICES

APÊNDICE A – ORGANOGRAMA DA METODOLOGIA	46
APÊNDICE B – NUMERAÇÃO DAS PERGUNTAS	47
APÊNDICE C – ENTREVISTA CORONEL PRAZERES	50
APÊNDICE D – ENTREVISTA CORONEL SANTOS	58
APÊNDICE E – ENTREVISTA TENENTE-CORONEL PEIXEIRO	64
APÊNDICE F – ENTREVISTA CORONEL ESGALHADO	72

ANEXOS

ANEXO G – O MILITAR PORTUGUÊS EM MISSÕES DE PAZ – FACTORES HUMANOS NO PRÉ E NO PÓS-DESLOCAMENTO	78
ANEXO H - FIGURAS	94

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

Figura 1.1 - Organograma da Metodologia.....	46
Figura 2.2 - Zonas controladas pelas partes envolvidas.....	94
Figura 2.3 - Divisão dos sectores atribuídos às divisões	94
Figura 2.4 - Divisão dos sectores atribuídos às divisões	95
Figura 2.5 - Inter Entity Boundary Line	96
Figura 3.1 - Esquema das variáveis e dimensões	27

Quadros

Quadro 4.1 - Análise de resultados da questão n.º 9	31
Quadro 4.2 - Análise de resultados da questão n.º 11	32
Quadro 4.3 - Análise de resultados da questão n.º 15	33
Quadro 4.4 - Análise de resultados da questão n.º 16	34
Quadro 4.5 - Análise de resultados da questão n.º 10	35
Quadro 4.6 - Análise de resultados da questão n.º 12.	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACTWARN	Activacion Warning
AJP	Allied Joint Publicacion
ARRC	Allied Rapid Reaction Corps
art.º	Artigo
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BIAT	Batalhão de Infantaria AeroTransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BMN	Brigada MultiNacional
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CIMIC	Civil-military Co-operacion
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
CP	Conflit Prevencion
CPAET	Centro de Psicologia Aplicada do Exército
CRO	Operações de Resposta à Crise
CRP	Constituição da República Portuguesa
CS	Conselho se Segurança
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSM	Conselho Superior Militar
DAS	Destacamento Apoio de Serviços
dC	depois de Cristo
DesLigQGBritl	Destacamento de Ligação para Quartel General da Brigada Italiana
DMN N	Divisão Multinacional Norte
DMN SE	Divisão Multinacional Sueste
DMN SW	Divisão Multinacional Sudoeste
DSACEUR	Deputy Supreme Allied Commander Europe
ESVP	Escala Stress da Vida Profissional
EU	União Europeia
FND	Força Nacional Destacada
GM	Guerra Mundial
H	Hípotheses
HO	Humanitarian Operacions
IEBL	Inter Entity Boundary Line
IFOR	Implementacion Force
KFOR	Kosovo Force
LDNFA	Lei Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOE	Lei Orgânica do Exército
MC	Comité Militar
MNB	Multinacional Brigades
MNTF	MultiNacional Task Forces

NAC North Atlantic Council
NATO North Atlantic Treaty Organization
NSE Nacional Support Element
ONU Organização das Nações Unidas
OSCE Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PB PeaceBuilding
PE Peace Enforcement
PK Peace Keeping
PM PeaceMaking
PSO Operações de Apoio à Paz
QC Questão Central
QD Questão Derivada
RC Regulamento de Campanha
SACEUR Supreme Allied Commander Europe
SCL Symptom Distress Checklist
Sec. Século
TO Teatro de Operações
UNMIK United Nations Mission in Kosovo
WIS Work Importance Study

RESUMO

A actualidade internacional tem sido marcada por uma ameaça multifacetada e por vezes difusa. Desta forma, Portugal tem participado com as demais Organizações Internacionais onde está inserido nas mais variadas áreas geográficas onde se verificam conflitos. Assim, o presente estudo encontra-se subordinado ao tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações” que nos leva a analisar o Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo. Tem como principais objectivos a verificação de implicações ao nível Tático, Logístico e Psicológicos que as primeiras projectadas se depararam levando à sua comparação com as suas forças de rendição.

Este trabalho divide-se em duas partes fundamentais. Na primeira parte, é efectuado um enquadramento das operações em causa e a sua caracterização de modo a canalizar o trabalho relativamente aos objectos de estudo. Na segunda parte, é efectuada a análise e tratamentos dos dados recolhidos assim como a discussão dos resultados extrapolados chegando a um estado final nas conclusões do trabalho.

Os procedimentos metodológicos seguidos foram os relativos às Ciências Sociais, primeiro efectuou-se uma exploração bibliográfica onde de seguida partimos para a construção de um modelo científico baseado na pesquisa documental, efectivação de entrevistas e por conseguinte o tratamento dos dados obtidos.

Chegou-se à conclusão que de facto existem implicações características de uma Força de Abertura de um Teatro de Operações que a sua força de rendição não possui.

Palavras-chave: Exército, Forças Nacionais Destacadas, Análise, Implicações, Teatros de Operações.

ABSTRACT

The international news has been marked for diffuse multifaceted threat and times. In such a way, Portugal has participated with the too many International Organizations where inserted in it is varied geographic areas where were verify conflicts. This present study one meets subordinated to the subject: "Forces of opening of a Theater of Operations" it takes to analyze the Theater of Operations of the Bosnia-Herzegovina and the Kosovo. The verification of implications of the Tactical level has as main objective, Logistic and Psychological that the first ones projected if had come across leading to its comparison with its forces of surrender.

This work is divided in two basic parts. In the first part a framing of the operations in cause and its characterization it is made in order, to relatively canalize the work to the objectives of this study. In the second part it is made the analysis and treatment of the data collected thus with the quarrel of the surpassed results arriving at a final state as conclusions of the work.

The followed methodological procedures had been the relative ones to Social Sciences, where first we start with a bibliographical exploration, then followed we leave for the construction of a based scientific model in the documentary research, collection of interviews and therefore the treatment of the result data.

As a conclusion it was arrived to the existence of characteristic constraints of a Force of Opening of a Theater of Operations that its force of surrender does not possess.

Key words: Army, National Force Deployed, Analysis, Implications, Theater of Operations.

INTRODUÇÃO

“Portugal é hoje um país que contribui activamente para a manutenção e promoção da Paz e Segurança internacional, em todos os continentes do mundo.” (Pereira, 2009)

DEFINIÇÃO DO OBJECTIVO

Deste comentário partimos para a introdução do trabalho. Hoje Portugal participa activamente, na medida das suas capacidades, nos compromissos assumidos por si com as mais variadas organizações internacionais, política esta que tem pautado pelo cooperativismo, parceria, diálogo e pela sua disponibilidade em integrar nas missões fora do Território Nacional.

É desta disponibilidade demonstrada por Portugal em integrar missões internacionais sob a égide de uma Organização Internacional, sendo ela de carácter regional ou não, que se insere a estrutura deste trabalho, que tem como tema *“Forças de Abertura de um Teatro de Operações”*.

Portugal, fez em 1996 a projecção de uma força de escalão Batalhão para um território Europeu, Bósnia-Herzegovina, 79 anos depois da sua participação na primeira Grande Guerra, era em simultâneo o retorno a Teatros Operacionais depois do fim da Guerra Colonial, assumindo desde logo grande mediatismo no fórum da política e imprensa Nacional. Após três anos volta a projectar uma força para os Balcãs, Kosovo.

Este trabalho, enquadra-se nestes dois Teatros Europeus e em particular nas duas primeiras forças projectadas por Portugal, onde se pretende identificar as implicações que uma Força Nacional Destacada (FND) tem quando é projectada pela primeira vez para um Teatro de Operações (TO), visando a minimização dos seus impactos em futuros compromissos assumidos. Diga-se, Força de Abertura de um Teatro de Operação, não como sendo o primeiro militar a entrar para o TO, mas sendo a primeira força de escalão Batalhão a ser projectada para este, fazendo-se representar Portugal.

A escolha do tema teve por base o interesse do autor em participar em futuras FND. Assim, partindo deste princípio, procurou uma problemática onde pudesse desenvolver um trabalho relacionado com as FND e que ao mesmo tempo a investigação pudesse dar o seu contributo para a organização.

FINALIDADE DO TRABALHO

A finalidade da elaboração desta “Teoria”¹ (Santos, 2006), é como o próprio diz, “dar um sentido novo”, estruturar os factos conhecidos de modo a proporcionar uma visão diferente, adquirindo um carácter explicativo dos objectos abordados.

OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O farol da investigação, o Objectivo Geral, teve como luz a capacidade de entrada do Exército para um TO fora do seu Território Nacional e como Objecto Específico, a identificação das implicações com que uma Força de Abertura se depara. Implicações estas que só serão percepcionadas aquando da chegada destas ao TO, uma vez que a sua força de rendição não se depara com as mesmas dificuldades.

QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

Tendo os objectivos de estudos definidos, partimos para a Questão Central (QC) que norteia a pesquisa: Que dificuldades enfrenta uma Força de Abertura de um Teatro de Operações?

Partindo desta questão central procedeu-se à formulação de Questões Derivadas (QD) para orientar o percurso da investigação e consequentemente dar resposta à QC.

QD₁: Existe algum constrangimento a nível tático que impossibilite o emprego da Força?

QD₂: A nível logístico será a estrutura demasiado pesada, influenciando o emprego da Força?

QD₃: A integração da Força na estrutura militar internacional é bem sucedida de forma a não haver uma limitação na sua operacionalidade?

QD₄: Existe algum impacto a nível psicológico por ser a primeira força a entrar no TO, e de que modo esse impacto influencia as operações?

De forma a dar resposta às questões derivadas, e a organizar a investigação² (Quivy, 1992) efectuou-se o levantamento de Hipóteses (H), de modo a dar resposta às QD.

¹ A teoria pode por conseguinte ser utilizada para organizar factos, obtidos anteriormente; ela pode reorganizar esses factos, dando-lhe um sentido novo.

H₁: A existência do “*Force Protection*” limita o seu emprego sendo ao mesmo tempo mais restritivo, originando implicações de ordem táctica.

H₂: A estrutura logística não consegue ajustar-se em tempo oportuno às condicionantes apresentadas pelo TO.

H₃: A força, por estar inserida numa estrutura de múltiplas nacionalidades onde existe uma diversificação de doutrinas e de conceitos, poderá dificultar o seu emprego, o cumprimento da sua missão e/ou a segurança da mesma.

H₄: Existe um impacto a nível psíquico no indivíduo, inerente ao facto de estar a entrar num TO que é desconhecido e de conflito, que afecta o estado emocional.

METODOLOGIA EMPREGUE

Esta “dissertação” segue as linhas orientadoras instituídas pela metodologia das Ciências Sociais, onde o método escolhido segue as linhas orientadoras do Método Hipotético-Dedutivo preconizado por Quivy e Campenaut, em conjugação com o que é postulado por Sarmento no seu manual.

As normas seguidas na realização desta investigação foram as normas em vigor, as Orientações para Redacção de Trabalhos da Academia Militar de Janeiro de 2008. O que não se encontrava definido nestas orientações foi suportado pelo manual o Guia Prático sobre Metodologia Científica da Professora Manuela Sarmento.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho encontra-se dividido em Sustentação Teórica e Sustentação Prática, na Sustentação Teórica existe a exploração e análise de leituras relacionadas com os objectivos abordados, desta forma parte-se de conceitos gerais da investigação para os particulares formando um cone, (Sarmento, 2008). A Sustentação Prática, encontra-se canalizada pela Sustentação Teórica onde se efectua a análise de entrevistas semi-estruturadas e o tratamento dos dados recolhidos podendo efectuar a discussão e a interpretação dos resultados.

Assim, temos a Sustentação Teórica dividida em dois capítulos, sendo o primeiro capítulo Operações de Resposta à Crise (CRO), onde se apresenta o enquadramento das tipologias de operações tratadas e o segundo capítulo, Revisão de Literatura onde se explana Portugal e as suas obrigações internacionais, o conflito dos Balcãs e a disposição e organização das Forças Internacionais na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo relativamente às áreas estudadas.

² Segundo o actor, a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estruturar em torno de uma ou várias hipóteses.

A Sustentação Prática encontra-se dividida em dois capítulos. No primeiro a metodologia aplicada explana o método utilizado na concepção da Sustentação Prática, onde existiu a necessidade de aprofundar certos conceitos metodológicos utilizados na realização de todo o trabalho, como os procedimentos e técnicas aplicadas. O segundo capítulo recai na discussão e apresentação dos resultados.

As conclusões elaboradas no final são baseadas nos conceitos focados na Sustentação Teórica e Prática.

Pode-se assim expor os objectivos, o método de investigação e a divisão do trabalho num diagrama para sua melhor compreensão conforme o organograma em apêndice³.

³ Apêndice (A).

PARTE I – SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE

*“The Parties to this Treaty reaffirm their faith in the purposes and principles of the Charter of the United Nations and their desire to live in peace with all peoples and all governments
They are determined to safeguard the freedom, common heritage and civilization of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law
They seek to promote stability and well-being in the North Atlantic area
They are resolved to unite their efforts for collective defence and for the preservation of peace and security. They therefore agree to this North Atlantic Treaty”⁴*

O fim da Guerra-fria permitiu ao Conselho de Segurança da ONU uma maior eficácia no exercício dos seus poderes, onde o novo contexto internacional coloca a organização perante novos desafios que leva a reavaliar os seus domínios de intervenção, (Burk *apud* Oliveira, 2011).

Em Junho de 1992 Boutros Boutros - Ghali⁵ apresenta a Agenda para a Paz, documento que se veio a tornar o farol do “*Novo Intervencionismo*”⁶ por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), onde constam várias sugestões no sentido de aumentar a capacidade de resposta aos conflitos no Sistema Internacional⁷. Ghali, sugere a necessidade de recorrer à intervenção militar para fazer frente às novas ameaças.

A ONU ao dar legitimidade às intervenções militares, permite que organizações de carácter regional, como o caso da North Atlantic Treaty Organization (NATO), possam

⁴ Nota introdutória ao tratado de Washington, de 4 de Abril de 1949.

⁵ Secretário Geral das Nações Unidas entre 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 1996.

⁶ Termo usado por James Mayall como capa do seu livro “*The New Interventionism 1991-1994.*”

⁷ George Modelski (1961) entende sistema internacional “*como um sistema social com necessidades funcionais e estruturais. Os sistemas internacionais consistem num conjunto de objectos e nas relações entre esses objectos e entre os seus atributos. Mais ainda, os sistemas internacionais abarcam padrões de acção e interacção entre colectividades e entre indivíduos que agem em nome dessas colectividades*” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 152).

intervir legitimamente nos conflitos iniciando assim a sua cooperação com estas organizações.

A NATO iniciou deste modo a sua “transformação”, de forma a poder dar resposta às novas solicitações. Houve uma evolução nesta “transformação” e, em Junho de 1992, o North Atlantic Council (NAC) decide que pela primeira vez, as suas forças estariam prontas para apoiar operações de manutenção de paz sob a égide da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e em Dezembro desse mesmo ano afirma a disponibilidade da Aliança para participar em operações de paz sob o mandato da ONU, (Almeida, 2004).

Esta participação da NATO sob o mandato da ONU apresenta-se como forma de colmatar uma das capacidades que a ONU não apresenta num conflito, a prossecução do conflito a um estado final, isto é, levar as partes a alcançar um estado final, resolução da crise ou a sua diminuição de intensidade. A NATO, colmata isso com a sua capacidade de planeamento estratégico numa missão que leva as partes, pelo uso da força ou não, a chegarem a um estado final previamente estabelecido, indo ao encontro dos objectivos estratégicos transatlânticos. A ONU pelo contrário, não apresenta esta característica, a sua posição é de presença e de certa forma de gestão de crises, para que os intervenientes possam alcançar um entendimento político benéfico para ambos.

Em Abril de 1999, na cimeira de Chefes de Estado da NATO em Washington, é aprovado o novo conceito estratégico da organização de onde sai renovado o seu papel a desempenhar no Sistema Internacional. Nesta cimeira estende-se o seu compromisso pela paz e estabilização às regiões periféricas da organização, passando-se também a contemplar a prevenção e a gestão de crise através do conceito de Operações de Resposta à Crise (CRO) não abrangidas pelo Artigo 5º⁸ do Tratado de Washington, (Almeida, 2004).

Desta forma, a NATO vai ao encontro do estabelecimento de doutrina nesta matéria, CRO. Este é originado pela necessidade de identificar um diversificado conjunto de operações que apresentam um carácter multi-diversificado em que a NATO e a ONU se envolvem, (Oliveira, 2011).

Actualmente, sob o conceito CRO, de acordo com o Allied Joint Publication (AJP), 3.4(A), pode-se desenvolver acções em dois âmbitos: Operações de Apoio à Paz (PSO) e Outras Operações e Tarefas de Resposta à Crise.

⁸ De acordo com o artigo 5º do tratado de Washington, “As partes concordam em que um ataque armado contra uma ou mais partes na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todas, e, conseqüentemente, concordam que, se tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectivo reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, praticando sem demora, individualmente ou colectivamente, as medidas que considerem necessárias, incluindo o uso da violência armada, para restaurar e manter a segurança da área do atlântico Norte”.

O contexto das PSO, de acordo com o Regulamento de Campanha (RC), são operações multifacetadas conduzidas sobre o conceito de imparcialidade, reconhecidas por uma Organização Internacional como a ONU ou Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que envolvem forças militares, agências diplomáticas e humanitárias. Estas são orientadas para atingir um acordo político de longo prazo e criar um ambiente seguro e próspero no qual se possa construir uma sustentabilidade a nível político, económico e social. O carácter das PSO é multifuncional devido ao facto das suas operações poderem estar no âmbito da imposição de paz, prevenção de conflitos, restabelecimento da paz, consolidação da paz e operações humanitárias, entre outras, (Almeida, 2004).

Assim, neste contexto a NATO teve a necessidade de alterar a sua estrutura de modo a adequar e assegurar as capacidades militares às novas tarefas assumidas, sem nunca perder a sua capacidade de assegurar as responsabilidades de defesa colectiva. A efectivação das alterações foi desde a implementação de novos conceitos, ao levantamento de grupos político-militares, reestruturação da Estrutura de Comando e, inevitavelmente, a interoperabilidade dos diferentes sistemas. Neste sentido a Aliança perde a sua identidade de carácter musculado apenas vocacionado para a Defesa colectiva para se tornar num centro de parcerias onde a sua cooperação abrange um vasto espectro de segurança, afirmando-se como uma *“identidade transatlântica de segurança e defesa”*, (Leitão et al, 2009, p.3).

1.1 O PAPEL DA NATO NOS CONFLITOS

A “Construção de Estados”⁹ tem sido um dos papéis em foco desempenhados pela NATO depois do término da Guerra Fria. As Organizações Internacionais têm-se envolvido activamente neste conceito e feito uso das suas capacidades militares, em ambientes pós-conflito, para alcançarem uma democracia. O uso da força armada¹⁰, tem sido a ferramenta mais eficaz ao dispor das Organizações para uma estabilização e organização interna dos Estados. As operações militares de manutenção de paz por parte de forças externas têm desempenhado um papel dissuasor no conflito interno entre as partes e o apoio económico reforça os efeitos de uma manutenção de paz. Num curto espaço de tempo, por si só, cada uma destas ferramentas, não pode ser utilizada isoladamente, uma vez que provocaria reincidência dos conflitos.

⁹ Termo usado por James Dobbins no seu artigo “O Papel da OTAN na construção de Estados”.

¹⁰ Para ir de encontro com o termo “força armada” temos que efectuar a sua definição por partes. Força de acordo com Julien Freund é “o meio de acção que obriga a algo”. Desta forma os meios para se obter a coação, de acordo com Cabral Couto, “os meios, recursos ou capacidades de toda a natureza (militares, económicos, humanos, organizacionais psicológicos, etc.” em que as a força armada assume a natureza militar.

A NATO não é a única com estas capacidades, partilha-as com a ONU e com a União Europeia (EU), das três a ONU é aquela que tem desempenhado um papel mais activo no que diz respeito à sua presença nas operações de manutenção de paz. Esta situação, deve-se essencialmente ao facto de haver operações da ONU que não têm qualquer participação da NATO ou da EU. Todavia, o contrário não se verifica, ou seja, não existe participação da NATO ou da EU, onde não exista envolvimento por parte da ONU. As capacidades militares da NATO, têm um nível operacional que por norma está acima de qualquer das outras duas organizações, ou seja, têm competência para fazer o uso da força e entrar num país, se necessário, estando mais adaptadas para missões de carácter mais exigente. O papel da NATO assenta, essencialmente, no uso da sua capacidade militar nas operações de construção de um estado “Peacebuilding”¹¹, no sentido da criação de um estado de confiança entre as partes, actuando como uma força externa e neutral. A condução da transição do conflito à paz, caracteriza-se no cumprimento de seis funções: estabelecer e manter a ordem pública e a segurança interna; providenciar assistência humanitária; alojar os refugiados; restabelecer as funções administrativas básicas; construir instituições políticas e reconstruir a ordem política. Estas funções, podem ser agrupadas em três grandes blocos: funções de segurança; questões humanitárias e reconstrução política, (Almeida, 2004).

1.2 NATO E A PROJECCÃO DE FORÇAS

Num contexto em que existe uma proliferação de novas ameaças¹² e de riscos¹³ na esfera política da NATO prenuncia-se um intervencionismo, que se torna cada vez mais crescente por parte da Comunidade Internacional. Este intervencionismo apresenta às organizações novos desafios imprevisíveis. Face a isto, as Organizações como a NATO, têm sido chamadas a intervir, (Oliveira, 2011).

¹¹Este termo aparece em 1992 na Agenda para a Paz por Boutros Boutros-Ghail como uma nova geração de missões de paz, definido como “*acção destinada a identificar e a apoiar mecanismos que possam fortalecer e solidificar a paz de forma a evitar o retorno ao conflito*”. Major Carriço no seu artigo “*As Operações de Apoio à Paz: Conceptualização e Dificuldades Sinérgicas*” na busca do conceito, apresenta três elementos centrais ao conceito “*peacebuilding*”: reabilitação, reconstrução das sociedades que sofreram a agonia dos conflitos armados; a criação de mecanismos de segurança, de política e/ou socioeconómicos necessários à consolidação da confiança entre as partes, prevenindo o retorno da violência; uma intervenção externa (estrangeira, nacional, multilateral ou da ONU) para auxiliar no desenvolvimento das condições conducentes à paz.

¹²De acordo com Chito Rodrigues in Rodrigues, a “*nova ameaça*” assume-se como “*Forças convencionais ou Nucleares de um Estado, empregues segundo uma doutrina e apoiadas por um tradicional sistema de informações, são dados que caracterizam a velha ameaça, a nova ameaça é não-estatal, não convencional, sem regras e sem doutrinas, imprevisível, conduzida organizada e apoiada no terrorismo*”.

¹³De acordo com François Martins “risco” corresponde “*à existência de uma vulnerabilidade que poderá ser eventualmente explorada em nosso desfavor, por um inimigo, por um adversário, ou até por um aliado em determinada circunstância*”.

Até à intervenção de forças por parte da NATO, existe um processo de decisão das actividades conduzidas pela Aliança. Este processo revela-se como sendo um “*elemento estruturante das actividades conduzidas por esta Organização*”, (Leitão et al, 2009, p.3).

O NAC é o único órgão, em que a sua autoridade vem explicita no Tratado do Atlântico Norte, tem uma autoridade política e efectiva de decisão seja qual for o nível em que esta se encontra, é o único fórum de consulta e de decisão onde todos os países membros se fazem representar e expressar as suas opiniões em igual representatividade.

Para apoiar este processo de decisão, o NAC possui uma estrutura de órgãos de apoio e de aconselhamento. O Comité Militar (MC) aparece com sendo responsável para apoiar e aconselhar o NAC nos assuntos de carácter militar, saindo deste, a conduta relativamente aos assuntos militares da NATO, (Santos, 2000). O processo inicia-se, quando o NAC encarrega o MC de emitir um parecer de acordo com as diferentes orientações políticas, caso obtenha o consenso de todos os Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da NATO finaliza com o documento no NAC a fim de tecer a sua consideração e tomada de decisão. Neste documento, surgem indicações dos recursos humanos e financeiros necessários para o caso de uma eventual acção militar.

Tendo sido, considerada a necessidade de uma intervenção militar, a NATO desencadeia um processo chamado de “*force generation*”¹⁴, este processo inicia-se com o Supreme Allied Commander Europe¹⁵ (SACEUR) a nomear um Joint Force Commander. Este, em parceria com o Deputy Supreme Allied Command Europe (DSACEUR), irá desenvolver um conceito de operação, análise de tarefas e um projecto onde se encontram elencadas as necessidades à intervenção militar. Este conceito de operação ao ser aprovado pelo NAC, liberta o designado, activation warning (ACTWARN), que informa aos países membros e à sua estrutura a necessidade de uma força militar, dando orientações para o tipo de missão e fornecendo datas para o respectivo planeamento. O processo de force generation, vai emitindo mensagens descendentes de forma a fornecer informações e necessidades.

A partir daqui existe uma contribuição voluntária dos países membros, que por norma contribuem com unidades “*Battle Groups*”. Em paralelo levanta-se a estrutura de comando da missão, que recai normalmente num país que se voluntaria para fornecer esta estrutura e uma parte significativa do efectivo necessário, país este que se designa de “*Lead Nation*”.

¹⁴A NATO não possui forças militares enquadradas por si só, possui sim um conjunto de forças multinacionais compostas por indivíduos, formações e equipamentos provenientes dos seus países membros.

¹⁵O Comandante Supremo Aliado na Europa é um dos dois comandantes estratégicos da NATO, é o chefe de Operações do Comando Aliado como o responsável pelo Comité Militar. É responsável por todas as operações militares da NATO.

Os países contribuidores de forças, durante este processo de “force generation” estabelecem os chamados “caveats”, que consistem no estabelecimento de condicionantes ao emprego da sua força por parte da “Lead Nacion”. O seu estabelecimento por parte do país contribuinte é feito, essencialmente, para salvaguardar a segurança da força, o que tem provocado inúmeros constrangimentos ao emprego da força, (Auerswald, 2009).

1.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PSO

De acordo com o Manual de Campanha Operações em paralelo com o AJP 3.4 (A), as operações militares neste âmbito, PSO, caracterizam-se por ser operações multifacetadas conduzidas numa esfera de imparcialidade, onde forças militares, agências diplomáticas e humanitárias interagem em permanência na busca do mesmo objectivo, uma paz auto-sustentada. O seu carácter é distinto das demais, as forças empenhadas neste tipo de operações são chamadas a intervir para fazer face a um conjunto multifacetado de tarefas tais como; Peace Enforcement (PE), imposição de paz, Peace Keeping, manutenção de paz (PK), Conflict Prevencion (CP) prevenção de conflitos, Peace Making (PM) restabelecimento da paz, Peace Building (PB) consolidação de paz e Humanitarian Operations (HO) operações humanitárias.

Os objectivos militares destas operações vão sendo alcançados com a execução das actividades diárias das forças militares, elas vão contribuindo para assegurarem a segurança e bem-estar das populações locais. No entanto, o seu sucesso não se verifica no imediato, é um processo moroso e contínuo¹⁶. Um dos indicadores da sua consecução, é o nível de força empregue nas intervenções militares, quanto menor for o nível de força empregue e quanto menor for a sua presença, mais perto se está para alcançar os objectivos militares propostos para a resolução dos acordos assinados. Estes objectivos no carácter destas operações, não são apenas da responsabilidade dos militares, existem outras organizações de carácter civil que contribuem para a sua prossecução, provocando uma dependência de relacionamento entre as organizações, o que consequentemente demonstra a importância das operações militares assim como das operações executadas pelas demais organizações civis. Estas interligam-se entre si, demonstrando que a capacidade da força não tem propriamente que ser vocacionada exclusivamente para o combate, mas também para a componente civil da força, componente esta designada, Civil-military co-operation, CIMIC¹⁷.

¹⁶Na Gestão de crises não existe o intuito de as resolver no imediato, é um processo contínuo no tempo, a gestão as vezes serve para gerir o grau de conflitualidade e a sua repercussão em terceiros, a crise pode ser mesmo insolúvel, caso do conflito da palestina, mas existe uma tentativa contínua da sua gestão.

¹⁷De acordo com o AJP 9 CIMIC é “*The co-ordination and co-operation, in support of the mission, between the NATO Commander and civil actors, including national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organisations and agencies*”.

1.3.1 PEACE ENFORCEMENT

De acordo com o AJP 3.4 (A) e com a publicação portuguesa RC Operações, as operações da NATO que caem neste âmbito, por norma são operações com o consentimento da ONU no âmbito do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, recorrendo assim ao Direito de Ingerência¹⁸, são conduzidas com um carácter coercivo visando manter ou restabelecer a paz determinada num mandato. Os objectivos militares destas operações não visam a destruição de um contendor, mas sim, a persuadir, compelir ou coagir uma determinada parte ou partes a cumprir uma determinada orientação militar ou política de forma a ir ao encontro com objectivos predefinidos.

1.3.2 PEACE KEEPING

De acordo com o AJP 3.4 (A) e com a publicação portuguesa RC Operações, as operações de manutenção de paz vão ao encontro e decorrem sobre os princípios do Capítulo VI da Carta da Nações Unidas, procurando assim a resolução dos conflitos por uma acção pacífica. A sua presença serve apenas para monitorizar e facilitar a implementação dos acordos assinados. A presença de uma força sob o conceito de manutenção de paz, só é possível sob o consentimento das partes envolvidas, podendo esta presença ser pedida por uma das partes envolvidas no conflito.

As forças envolvidas são reduzidas, e os seus princípios orientadores para o cumprimento da sua missão é a imparcialidade, limitar o emprego do uso da força mas nunca perder a preocupação fundamental, a sua legítima defesa. Para que esta não perca o consentimento das partes, está previamente definido nos acordos o designado consentimento do uso da força, que define que o seu uso, tem que ser preciso, proporcional e dirigido, com o intuito de evitar uma crise ou uma escalada de tensão.

1.3.3 CONFLICT PREVENION

De acordo com o AJP 3.4 (A) e com a publicação portuguesa RC Operações, as operações conduzidas neste âmbito, Prevenção de Conflitos, são conduzidas sob os princípios do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Estas Operações apresentam uma particularidade, de se poder efectuar acções sob os princípios do Capítulo VII isto é, quando existe a necessidade por parte da Força de efectuar uma detenção ou uma coacção através de um mandato de imposição. Podemos assim dizer que são forças com características que exigem uma iniciativa diplomática como a possibilidade de conduzir operações para a contenção de tensões e de crises que possam conduzir a um conflito.

¹⁸Direito atribuído, reconhecido ou legitimado a um Estado ou mais em violar a soberania de outro Estado soberano (Henriques et al *apud* Ribeiro, 2008, p. 90).

1.3.4 PEACEMAKING

De acordo com o AJP 3.4 (A) e com a publicação portuguesa RC Operações, a actividade de Restabelecimento da Paz, são actividades diplomáticas que são conduzidas após o início do conflito com vista a alcançar um cessar-fogo e um acordo de paz. Este diálogo é preferencialmente conduzido pela actividade diplomática onde o apoio militar assume uma postura de apoio de planeamento.

1.3.5 PEACEBUILDING

De acordo com o AJP 3.4 (A) e com a publicação portuguesa RC Operações, a Consolidação da Paz, são acções que são tomadas em apoio às medidas políticas, económicas sociais e militares com a finalidade de fortalecer os acordos alcançados e assim reduzir variáveis que possam desencadear uma escalada de tensão ou conflito.

1.3.6 HUMANITARIAN OPERACIANS

De acordo com o AJP 3.4 (A) e com a publicação portuguesa RC Operações, as operações no âmbito Operações Humanitárias são operações que se destinam a apoiar a população que sofreu um acontecimento de carácter natural ou causado pelo homem e que não têm a capacidade de se sustentar. Assim, as HO destinam-se a aliviar o seu sofrimento devido à falta da capacidade das autoridades responsáveis locais ou demonstram vontade de o fazer.

1.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Na realização deste capítulo pode-se verificar que se está a falar de conceitos de operações relativamente novos, que surgiram da necessidade de se dar resposta às características dos novos conflitos, e por estes se localizarem fora da área da responsabilidade da NATO. Houve a necessidade de se rever o seu estatuto e de preencher o vazio criado pelo desmembramento da União Soviética. A NATO, como Agência de Segurança, preenche assim, este vazio criado em seu redor, indo ao encontro dos seus objectivos estratégicos transatlânticos de segurança e defesa.

Outra característica é a forma como a ONU recorre a esta agência de segurança e defesa de carácter regional. A ONU vale-se desta Organização quando a sua intervenção militar não consegue dar resposta ao conflito ou à tensão existente, devido às características de emprego das suas forças. A ONU dá legitimidade para que a NATO intervenha na resolução das crises ou dos conflitos, aproveitando a sua estratégia de intervenção nestes, para orientar e alcançar os objectivos estratégicos transatlânticos.

Desta forma, a NATO, para dar resposta a um determinado conjuntos de crises que saiam do seu contexto estratégico, inicia o seu processo de “transformação”, deixando de lado o conceito de ser uma organização apenas para a defesa colectiva. Surge, desta

“transformação”, um conjunto de novos conceitos para o seu emprego, CP, PK, PM, PB e HO.

As forças apresentam características novas, podendo estas ter um carácter bastante coercivo, como a mesma força ser capaz de executar tarefas de apoio à população.

Portugal como membro da NATO acompanha esta “transformação”, quando se faz representar nas forças projectadas da NATO como iremos descrever de seguida.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PORTUGAL E AS SUAS OBRIGAÇÕES

Portugal entra para a NATO a 4 de Abril de 1949¹⁹ com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, tendo marcado os mais de 60 anos de permanência e de cooperação com a Organização. Portugal, estruturou-se internamente para fazer frente aos novos desígnios exigidos por parte dos seus parceiros euro atlânticos, assim, parte para o quadro legal onde contempla as suas obrigações. A Constituição da República Portuguesa (CRP), nos seus princípios fundamentais prescritos no art. 7º, descreve como Portugal se rege nas suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, sendo de realçar, neste ponto, a igualdade entre Estados, as soluções pacíficas dos conflitos, a cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade. No mesmo artigo, Portugal preconiza a abolição de quaisquer formas de agressão, domínio e exploração entre os povos, bem como o desarmamento geral, e o estabelecimento de um sistema de segurança colectivo, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça entre os povos. Ao nível interno, cabe às Forças Armadas, de acordo com o art. 275º, a defesa militar da República, a satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e a participação em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais que Portugal faça parte. Ao nível dos órgãos de soberania, cabe ao Presidente da República por inerência ao cargo, de acordo com a CRP art.120º, Comandante Supremo das Forças Armadas, a decisão da participação de Portugal a nível externo.

Assim, neste enquadramento a nível dos compromissos assumidos por Portugal, cabe às Forças Armadas, cumprir os compromissos militares assumidos, sob autorização e direcção do Presidente da República.

¹⁹De acordo com o professor Nuno Severiano Teixeira, existe três causas que levaram á inclusão de Portugal ao Tratado de Washington, tornando-o como membro fundador, a primeira causa foi relativa à sua posição geoestratégica para a segurança do novo sistema internacional, mais propriamente a ilha dos açores, que revelou ser de extrema importância tanto na 1ªGM tendo sido crucial na 2ªGM, a segunda foi a natureza ideológica e política, por parte de Salazar, “*Era para Salazar um imperativo ético, «uma cruzada» contra o comunismo em defesa da civilização ocidental e cristã*” a terceira causa está relacionada com a permanência dos vectores históricos da política externa por parte de Portugal, onde a aliança atlântica aparece como uma potência marítima.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional²⁰ (CEDN), em 1994 define os objectivos da política e de defesa nacional à altura, orientado para os novos conceitos. Identifica já o desenvolvimento de uma identidade de segurança e de defesa no seio da União Europeia, identifica também uma mudança acelerada da conjuntura internacional devido às transformações das orientações políticas, económicas e sociais de algumas regiões que interfiram na esfera de segurança nacional.

Assim, de acordo com a CRP e ao encontro do CEDN, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), em vigor à altura²¹, nos seus princípios gerais, incumbia às Forças Armadas no âmbito militar, a sua participação em missões humanitárias e de paz, assumidas perante organizações internacionais de que Portugal faça intenção de fazer parte. Neste sentido, de acordo com o art.º 3, da LDNFA, a Defesa Nacional é exercida em paralelo com os compromissos internacionais assumidos pelo país. De acordo o art.º 5 assegurar a manutenção ou o restabelecimento de paz é fundamental desde que esta corresponda com os interesses nacionais. A política de defesa nacional de acordo com o art.º 6 assume uma natureza global.

As Forças Armadas tinham estabelecido as suas missões no quadro legislativo da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas²², (LOBOFA), no art.º 2, esta elencado como missão genérica, que as Forças Armadas podem satisfazer no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos.

O Exército como fazendo parte integrante do sistema de Forças Nacional, cumpre directamente ou indirectamente para o cumprimento das missões das Forças Armadas. De acordo com o seu quadro normativo, ao nível da Lei Orgânica do Exército (LOE)²³, no art.º 1 o Exército para além da sua missão a nível nacional compete-lhe ainda satisfazer missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos, bem como as missões de interesse público.

O Exército, de acordo com a LOE, dividia assim o seu sistema de Forças em Componente Operacional e Componente Fixa. Onde a Componente Operacional integrava um sistema de forças constituído por: Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT), Outros Comandos Operacionais e as Grandes Unidades²⁴; cabendo ao COFT, de acordo com o art.º 24, estudar o emprego das forças que competem ao Exército e planear e empregar forças e meios em situação de calamidade pública e em missões de interesse

²⁰Resolução do Concelho de Ministros N.º9/94.

²¹Lei n.º 3/99, de 18 Set.

²²Lei n.º18/95, de 13 Jul.

²³Lei Orgânica do Exército em vigor na altura publicada in Dec Lei n.º 50/93 de 26 de Fev.

²⁴Grandes Unidades de acordo com o art.º 26 do Dec Lei n.º 50/93 de 26 de Fev, são escalões de forças que integram unidades operacionais, dispondo de uma organização equilibrada de elementos de comando, de manobra e de apoio que lhes permitem efectuar o treino operacional e conduzir operações independentes.

público. Cabia às Grandes Unidades de acordo com o art.º 26 o cumprimento de missões de carácter operacional.

2.2 O CONFLITO DOS BALCÃS

Em 1941 dá-se a invasão por parte de Hitler aos Balcãs, deixando na região a marca do grande Reich alemão. Na região Sérvia, operou-se campos de concentração para os judeus e para os adversários políticos ao regime, deu-se, a chamada limpeza de todos os não sérvios, ciganos, judeus e muçulmanos como traidores à causa alemã. Para fazer frente às forças alemãs lideradas pelo ideal nacionalista de Hitler, Josip Broz Tito organizou a resistência formada por grupos multi-éticos e assumiram a luta contra o 3º Reich alemão. Tito saiu no final da 2ª GM graças às suas táticas demonstradas, surgiu assim na região como incontestável para a Jugoslávia, concedendo-se a si o título de Marechal, governando a Jugoslávia durante 35 anos até à sua morte.

Na Era de Tito foram impostas sobre a região severas medidas sobre a religião, visto esta ser encarada como rival à ideologia nacional. O país recebeu ajuda externa, tanto a nível económico como a nível militar, o que permitiu a reconstrução da Jugoslávia sobre as linhas orientadoras do federalismo, sobre cinco Repúblicas sendo elas a Sérvia, Croácia, Montenegro, Macedónia e Eslovénia, dando-se a passagem de uma sociedade agrícola para uma sociedade moderna e industrializada, que viveria um período de prosperidade apesar da repressão política onde os cultos religiosos e costumes eram banidos pelo regime, (Ribeiro, 2000).

A 4 de Maio de 1980, Tito morre e deixa um buraco na liderança de um país marcado pela dureza da sua mão, ficando a ser governado até finais da década de 80 por um comité composto pelos seis Presidentes da República. O crescimento económico da década de 70 devido ao intervencionismo externo estagnou, o que veio a criar uma crescente rivalidade entre as repúblicas e com isso, o crescimento das tensões étnicas anteriormente superadas. No final da década de 80, o comunismo como ideologia política praticamente tinha desaparecido em toda a região, dando lugar ao nacionalismo, preenchendo o vazio político deixado pela morte de Tito. Em 1987, os sérvios, liderados por Slobodan Milosevic, proclamavam a sua independência através de um golpe de estado, subia então ao poder da região jugoslava, designada Sérvia. Em 1989 para manter a união desta, revoga²⁵ a autonomia concedida às regiões do Kosovo e da Voivódina. Apesar dos últimos não terem reagido, no Kosovo as manifestações saíram à rua. A população era 90% de origem albanesa, não concordado com esta anexação, foram severamente reprimidos pela polícia sérvia, (Oliveira, 2011).

²⁵Em 1989, Milosevic decide alterar a constituição sérvia, qual limitava a autonomia da região do Kosovo concedida pela constituição jugoslava deste 1974, passando o controlo das tarefas consideradas vitais para o domínio sérvio.

Em 1991, a Eslovênia e a Macedônia proclamaram a sua independência e um ano depois seguiu-se a Bósnia-Herzegovina, deixando a Jugoslávia apenas confinada ao território Sérvio. Esta proclamação de independência por parte da Bósnia-Herzegovina foi o rastilho para a Guerra, com uma população 31% de origem sérvia e com o apoio vindo da Jugoslávia a nível militar, desencadeou-se a designada limpeza étnica com a intenção de recuperar território outrora jugoslavo, ficando a Bósnia dividida entre Sérvios e Bósnios de origem Muçulmano-Croata de acordo com a figura 2.2 em anexo²⁶, (Ribeiro, 2000).

Em 1992, a ONU efectua um embargo à Jugoslávia para pôr fim às agressões sérvias no conflito da Bósnia-Herzegovina, e em 1995 de acordo com o Tratado de Dayton efectua o envio das primeiras tropas para este teatro de operações. Em 1999, a província do Kosovo torna-se num protectorado internacional e em Junho de 1999 a KFOR assumiu o controlo da província. A Jugoslávia foi oficialmente retirada do mapa internacional em 2003 dando origem à Sérvia, (Oliveira, 2011).

2.3 A PROJECCÃO DAS FORÇAS

2.3.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA

Em 1994, o então General Cerqueira Rocha²⁷, CEME, para ir contra a crescente conflitualidade no sistema internacional, emana uma directiva²⁸ com vista à preparação de unidades escalão Batalhão nas duas principais grandes unidades²⁹ do Exército do sistema de forças terrestres. Em paralelo, decorriam as primeiras aquisições no âmbito logístico ao abrigo da 2ª Lei de programação Militar. Em princípios de 1995, uma segunda directiva³⁰ orientou a preparação destas forças para o seu emprego no TO da ex-Jugoslávia, (Rocha, 2000).

Após as eleições legislativas em Portugal, em Outubro de 1996, desenrolam-se as primeiras orientações para uma possível participação de Portugal, onde a 14 de Outubro o Ministro da Defesa, António Vitorino acusa a recepção de um pedido de participação por parte das forças portuguesas ao comandante militar da NATO, SACEUR. Nesse mesmo mês, numa reunião de planeamento no SACEUR, a delegação portuguesa presente manifesta, então, a disponibilidade de uma força de combate integrada nas forças da NATO por Portugal. A decisão final, foi então vinculada no início de Novembro perante os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da NATO em Bruxelas, onde a tomada de decisão é Oficial, (Costa, 1999).

²⁶Anexo (H).

²⁷Chefe de Estado Maior do Exército entre OUT 1992 e ABR 1997.

²⁸Directiva 13 de Outubro de 1994.

²⁹O sistema de Forças Terrestres assumia de acordo com o art.º 26 do Dec Lei n.º 50/93 de 26 de Fev, como grandes unidades a BAI a BMI e a BLI, sendo as duas principais acima referidas a BAI e a BMI.

³⁰Directiva de 17 de Fevereiro de 1995.

Antecedendo o Concelho Superior de Defesa Nacional, CSDN, o Concelho Superior Militar, CSM, efectua uma avaliação à participação das forças portuguesas na IFOR, levantam duas possibilidades de intervenção, um batalhão de manobra da Brigada Aerotransportada Independente (BAI), ou um efectivo mais reduzido constituído por uma unidade de apoio ou uma unidade de polícia do Exército. O CSDN emite então um parecer favorável ao envio de um batalhão da BAI constituído por 932 militares, (Costa, 1999).

Este parecer em relação à natureza e escalão da força foi em função dos requisitos operacionais exigidos pelo tipo de missão e do ambiente operacional, surgindo assim a escolha de uma unidade escalão batalhão por ser a unidade de manobra das grandes unidades. A escolha da natureza da força a utilizar, BAI ou Brigada Mecanizada Independente (BMI), recai sobre a BAI por vários factores; por estar mais vocacionada para os diferentes tipos de missões a desempenhar nesta nova tipologias de missões, por esta brigada pertencer ao comando do Allied Rapid Reaction Corps (ARRC)³¹, por os custos de preparação e aprontamento de um Batalhão Mecanizado serem consideravelmente superiores, entre outros, (Rocha, 2000).

Assim, coube ao 2º Batalhão de Infantaria Aerotransportado (2ºBIAT), juntamente com o Destacamento de Apoio de Serviços (DAS) componente de apoio de serviços, a preparação de pessoal e material para a futura projecção, tornando-se estas duas unidades prioritárias no esforço do Exército. Aliado a estas duas componentes, juntou-se um destacamento de ligação para o Quartel-general da Brigada Italiana (DesLigQGBrigt) e ainda elementos para o Commander Allied Land Force Central Europe (QG/IFOR), (Calmeiro et al, 2005).

Desencadeou-se um processo de treino e de preparação de ambas as forças para fazer frente às dificuldades que viriam a sentir na sua projecção, como exemplo disso, a realização de aulas de inglês a todos os militares, a distribuição de informação sobre o estado da Bósnia e da ex-Jugoslávia, e ainda, tendo em conta um dos aspectos mais importantes, a familiarização com os aspectos doutrinários que a força tinha que possuir em relação às missões de carácter de apoio à paz, (Machado, 1997).

A 5 de Janeiro de 1996, dá-se o início da projecção do Agrupamento “Júpiter”³², composto por 936 homens que partiu para o cumprimento da sua missão³³ de Operações de

³¹Força de Reacção Rápida do Comando Aliado da Europa.

³²Nome atribuído ao contingente português integrado na “Multinacional Brigade North” da “Multinational Division Southeast”.

³³O Agrupamento Júpiter tinha como missão, impedir o acesso de pessoal armado à zona de separação entre as facções em conflito; garantir a segurança nas áreas já transferidas entre as facções bem como dos movimentos ao longo do itinerário Saravejo – Podromanija – Rogotica – Ustipraca – Gorazde; controlar o posicionamento das unidades das facções numa faixa de 10 Km ao longo da Linha de separação Inter-Étnica; monitorizar e controlar o reagrupamento das forças das facções no interior das localidades previstas para o acantonamento

Apoio à Paz a este escalão com os primeiros elementos do DesLigQGBriglt. A 16 do mesmo mês, dá-se a projecção “*ennabling force*”³⁴. Esta projecção iria ser efectuada de uma forma faseada, ficando a força completa num último voo a 29 de Janeiro, (Calmeiro et al, 2005).

2.3.2 Kosovo

Dada a escalada de tensão no conflito étnico na região do Kosovo, existe um despertar de atenção por parte da comunidade internacional, sinal disso mesmo é a resolução do Conselho de Segurança (CS) das ONU que aprova a resolução nº. 1160 e consecutivamente a resolução nº. 1199 em que se aprova a “*Kosovo Verification Mission*”³⁵. A resolução n.º 1199 nunca conseguiu ser verificada tendo havido mesmo a necessidade de efectuar a retirada dos inspectores do Kosovo, e sem que se conseguisse que as partes envolvidas chegassem a um consenso. Falhadas as resoluções do CS da ONU e o não cumprimento do estipulado na Conferência de Rambouillet³⁶ a NATO decidiu pôr em prática a “*Operation Allied Force*” a 24 de Março de 1999 dando-se início às operações militares, com bombardeamentos de forma a levar Belgrado a aceitar e assinar um plano de paz, que se veio a verificar 78 dias depois do início desta operação, (Costa, 2008).

Assinados os acordos de paz, a ONU adoptou a resolução n.º 1244 onde é estabelecida a missão “*United Nations Mission in Kosovo*” (UNMIK), com a finalidade de se efectuar uma estabilização da região, de modo a que se possa alcançar um estado social, político final e um nível de segurança, (Pereira, 2011).

A 28 de Julho de 1999 é publicado em Diário de República a portaria n.º 566 do Ministério da Defesa Nacional demonstrando o interesse de Portugal em participar na KFOR. Nesta portaria é estabelecido que a missão das Forças Armadas Portuguesas será atribuída à Brigada Multinacional Oeste, sob comando Italiano, e que será constituído por um comando e Estado Maior, uma unidade de escalão batalhão reduzido e um destacamento de operações especiais.

A preparação desta Força começou uns meses antes da publicação em Diário da República, “*Sob o Comando do Tenente-Coronel Antunes Calçada, este Agrupamento foi concentrado em Tancos, no Comando das Tropas Aerotransportadas, desde o passado dia 29 de Abril*”, (Machado, 1999, p.19).

de tropas e de desmobilizados, e preparar-se para apoiar os planos de evacuação de forças da Internacional Police Task Force e da OSCE.

³⁴ Designação NATO para escalão Avançado.

³⁵ Esta missão consistia no envio de cerca de 2000 inspectores não armados pertencentes à OSCE com a finalidade e objectivo de verificar o cumprimento da resolução nº.1199 de cessar-fogo entre as partes.

³⁶ Conferência realizada a 6 de Fevereiro de 1999 onde se reuniram as partes em conflito e como mediadores da conferência os ministros dos negócios estrangeiros britânico e francês juntamente com embaixadores dos EUA Rússia e Áustria, tendo saído desta conferência um prazo de duas semanas para chegarem a um acordo de paz.

Esta força que recebeu o nome de Agrupamento BRAVO iniciou, assim, a sua preparação, com uma forte base na arma de cavalaria³⁷, estava assim organizada em: comando e secção de comando, esquadrão de reconhecimento, esquadrão de polícia do exército e esquadrão de apoio de serviços.

O Agrupamento termina o seu treino operacional no exercício “Chaimite 991” a 11 de Julho em Santa Margarida e entre os dias 13 e 22 do mesmo mês. O agrupamento inicia a projecção do equipamento pesado por via marítima e a projecção dos militares é efectuada por via aérea de modo a que a 10 de Agosto o agrupamento estivesse completo no TO do Kosovo, (Machado, 1999).

2.4 A ESTRUTURA INTERNACIONAL

2.4.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA

Tendo sido assinado o acordo de Dayton, inicia-se o processo de formação de forças por parte da NATO, o acordo de Dayton prevê o lançamento de uma operação militar, multinacional liderada por esta organização, operação que foi baptizada de Esforço Concertado (Joint Endeavour). A 15 de Dezembro, o conselho de segurança da ONU aprova a resolução nº.1031, que autoriza a constituição da IFOR e por conseguinte a sua legitimidade internacional, (Costa, 1999).

A 16 de Dezembro de 1995, o NAC aprova o plano da IFOR dando-se início à operação “Joint Endeavour” e ao início da projecção das forças.

O TO da Bósnia - Herzegovina foi dividido em três Divisões Multinacionais; Divisão Multinacional Norte (DMN N), atribuído aos Estados Unidos; Divisão Multinacional Sudoeste (DMN SW), atribuída ao Reino Unido; Divisão Multinacional Sudoeste (DMN SE), atribuído à França. A organização das forças foi feita sob três sectores conforme demonstra a figura 2.3 em anexo³⁸, (Rocha, 2000).

O contingente português integrou a DMN SE, sendo esta constituída por 4 Brigadas; uma francesa, uma espanhola e duas multinacionais, estando uma sob comando Francês e a outra sob comando Italiano, à qual o contingente português integrou a brigada designada de BMN SN.

À força nacional foi atribuída inicialmente uma área de responsabilidade dominada como o “*enclave de Gorazde*”, (Rocha, 2000, p. 83), assim ocupou Rogotica – Ustripaca – KuKavice – Vitkovice, (Rocha, 2000).

³⁷Base no Esquadrão de Reconhecimento da BAI, que se encontrava aquartelado no Regimento de Cavalaria N.º3.

³⁸Anexo (H).

2.4.2 Kosovo

Terminada então a Operação “Operacion Allied Force” que levou o presidente sérvio Milosevic a assinar acordo de paz, e dando-se início à operação “Operation Joint Guardian” a 10 de Junho de 1999, foi emitida a resolução, dando-se início à formação de forças sob o comando unificado da NATO.

O TO do Kosovo em 1999 foi inicialmente dividido em quatro Brigadas Multinacionais MNB, que posteriormente vieram a dar origem aos cinco Multinacionais Task Force (MNTF), que vieram a receber as seguintes designações e comandos, MNTF North sob o comando Francês; MNTF South sob o comando Alemão; MNTF East sob o comando Norte-Americano; MNTF West sob o comando Italiano e MNTF Central sob o comando Britânico, conforme demonstrado na figura 2.4 em anexo³⁹.

O contingente português integrou em 1999, o Kosovo Force KFOR inserido na Brigada Multinacional Oeste, sob comando Italiano e tendo-lhe sido atribuída a região de Klima.

2.5 A ESTRUTURA NACIONAL

2.5.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA

A 28 de Janeiro, foi dado a conhecer o conceito de operação francês e consecutivamente da BMN SN Italiana que estabelecia a área de operações do 2ºBIAT no interior do “enclave “ de Gorazde. Assim, deu-se início ao contacto, através do DL, com um destacamento de Forças Especiais da Brigada Francesa que monitorizava a situação de Gorazde, (Machado, 1999).

O Batalhão português ficou então a ocupar três posições: Rogatica com o seu Comando e Estado Maior e um pelotão da 21ª companhia; Kukavice foi atribuído ao Sub agrupamento Alfa, sendo formado pela 21ª Companhia de Atiradores, um pelotão da 23ª Companhia (equipada com viaturas Chaimite), PelMort e um PelACar; a terceira posição em Vitkovic, junto a Gorazde, no lado muçulmano da “*Inter Entity Boundary Line*”⁴⁰ (IEBL) ver Figura 2.5, no anexo⁴¹, foi ocupada pela 23ªCIAt.

O Batalhão tinha à sua responsabilidade um território na sua maioria muçulmano, no lado bósnio da IEBL. Relativamente às forças Sérvias na região estava a 1ª Brigada de montanha do Exército da República Sérvia que se encontrava a retirar para trás da IEBL e que possuía um posto de comando avançado em Kopaci, (Prazeres, 2011).

³⁹ Anexo (H).

⁴⁰ Fronteira delimitada pelo acordo de Dayton entre a região da Federação da Bósnia-herzegovina e a República da Sérvia.

⁴¹ Anexo (H).

2.5.2 Kosovo

A MNTF W tinha à sua responsabilidade uma área que englobava dois distritos: Pec e Dakovica, tendo o contingente Português, mais propriamente o Agrupamento Bravo ocupado a região de Klinë no distrito de Pec. A MNTF W sob o comando Italiano estava sediada em Pec a Oeste do Kosovo. O contingente português tinha à sua responsabilidade uma área de 50 Km²s quadrados em torno da cidade. Tinha a Norte um Batalhão Espanhol, a oeste e a sul dois Batalhões Russos e a este um Batalhão Italiano, (Santos, 2011).

O contingente português estava organizado em: Comando, Companhia de Comando e Serviços, Companhia de Atiradores e Esquadrão de Reconhecimento, sendo uma destas montada sob viaturas M11 Panhard, e a outra montada em viaturas M113 que vieram mais tarde a sair do TO, (Santos, 2011). Dava a possibilidade de 5 Pelotões de manobra, dos quais, um garantia o serviço interno, de guarnição, e a chamada “Reserva H+5” (prazo de intervenção de 5 minutos), outro garantia a execução de missões permanentes, (Esgalhado, 2011).

2.6 A LOGÍSTICA NO TO

2.6.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA

A logística, entrou logo como sendo um dos critérios na atribuição do contingente português a uma das brigadas. A escolha da Brigada Italiana pesou muito devido à proximidade das suas Bases Logísticas em Itália, (Rocha, 2000).

A nível Logístico *“um dos componentes mais importantes e complexos deste planeamento para o emprego das Forças Nacionais, foi o Plano de Transportes”*, (Rocha, 2000, p. 81). Deste plano, foram levantados aspectos considerados essenciais para a prossecução do mesmo. Foi tido em conta que seria necessário deslocar uma força capaz de assumir as responsabilidades de Portugal, posicionar a força no sector atribuído e manter a sua flexibilidade para se necessário reposicioná-la e permitir o regresso da mesma, foi também tido em conta a carência de transportes estratégicos onde houve a necessidade de fretar meios civis e a limitação da janela de tempo condicionada pelos aeroportos e portos marítimos de destino, (Rocha, 2000).

Para se ter a noção do esforço executado, estamos a falar de um TO que se encontra afastado da Base Logística Nacional, a quatro horas de voo em avião comercial e a seis horas de voo de C-130, dez dias de navegação por via marítima, ou a 3500 quilómetros de distância por via terrestre.

O sistema montado compreendia a existência de um National Support Element (NSE), ao qual se dava o nome de Destacamento de Apoio de Serviços (DAS), que tinha por missão todo o suporte logístico da base nacional para o TO. Este NSE estabelecia ligações logísticas com a Brigada Italiana em termos de produtos de classe I, com a Divisão

Francesa os produtos de classe III, todos os outros com a Base Nacional. O 2ºBIAT tinha uma única ligação logística que era a estabelecida com o NSE, para levantar todos as requisições necessárias em todas as classes, (Peixeiro, 2011).

2.6.1 Kosovo

No Kosovo, o esforço foi para o plano de transportes, pois pela primeira e única vez, se posicionou viaturas de lagartas numa FND. Para que isso fosse possível, foi efectuada e organizada a coluna militar em Portugal, que posteriormente foi embarcada no navio, para seguir por meio marítimo para o porto de Salónica no Norte da Grécia. Dessa forma, o contingente foi projectado para Salónica para seguir para Klina, (Santos, 2011).

Ao nível das ligações logísticas, o agrupamento Bravo efectuou as suas ligações directamente com a Brigada Italiana através do seu S4 para as classes I e III e com a Base Nacional todos os outros, e tinha a capacidade de recorrer aos mercado locais para produtos de classe I. Não existe nenhum órgão externo ao batalhão a tratar da logística e não existe nenhum canal logístico que não seja concentrado no S4, (Santos, 2011).

2.7 A PSICOLOGIA NAS OPERAÇÕES

As operações militares que se desenrolaram pós guerra fria, na sua maioria viriam a ser operações que apresentaram um conjunto de características bem diferentes das operações designadas de operações convencionais. As operações no âmbito das PSO são operações de um conceito bem diferentes das convencionais, daí a importância de avaliar qual o impacto ao nível psicológico que esta nova tipologia de missões tem e quais os diferentes tipos de stressores⁴² a que os militares então expostos. Os Estados Unidos devido à pouca experiência em operações deste âmbito, iniciaram uma pesquisa de modo a ir ao encontro “de uma melhor compreensão da natureza dos stressores”, (Bartone, 1996, p.101), para poderem efectuar um programa de acompanhamento que permita prevenir e manter a saúde e bem-estar dos militares, (Bartone, 1996).

A “US Army Medical Research Unit – Germany”⁴³, tem como missão a pesquisa psicológica ao nível da dimensão humana com os fins de proteger, otimizar e reforçar a resistência psicológica do militar. Este departamento, iniciou assim, o acompanhamento aos 20.000 militares integrados na força militar, IFOR às forças deslocadas para a Bósnia – Herzegovina de modo a ir ao encontro da existência destes stressores e em que âmbitos eles interferem na saúde e bem-estar dos indivíduos. Estes estudos, chegaram a conclusões que de facto existem “stressores psicológicos presentes em operações como a da IFOR”, (Bartone, 1996, p.109), e que a sua compreensão permite que as diferentes

⁴²De acordo com o autor, este define como stressores como sendo um acontecimento ou um elemento de origem interna ou externa ao indivíduo que geram stress, factores de stress.

⁴³Unidade de Pesquisa Médica do Exército dos Estados Unidos na Europa.

organizações, tanto a nível político como a nível militar, mantenham o soldado nas suas competências tanto no imediato como em futuras operações, (Bartone, 1996).

O Exército Português, mais propriamente o Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), desenvolveu estudos no âmbito da Psicologia Militar aos militares integrados nas Operações de Manutenção de Paz, com vista a responder às solicitações do Estado Maior do Exército e com o objectivo de estabelecer programas de avaliação destes stressores e de poder efectuar um acompanhamento para fazer frente ao impacto provocado no indivíduo, (Paiva *et al*, 1997).

O CPAE criou assim um grupo de trabalho⁴⁴ relativo às missões de paz, na busca da problemática originada por estas, onde executaram uma análise⁴⁵ e uma avaliação multidimensional aos dois Batalhões que executaram a sua missão integrados na IFOR e ao 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, 1ºBIMec, integrado na SFOR. Estas três unidades foram observadas no Pré-Deslocamento e Pós-Deslocamento e tiveram como instrumentos de observação, SympTom Dystress Checklist (SCL – 90)⁴⁶, Escala de Stress da Vida Profissional (ESVP)⁴⁷, Work Importance Study (WIS)⁴⁸, Questionário de Avaliação do Conforto Psicológico⁴⁹ e Entrevista Semi-Estruturada, (Paiva *et al*, 1997).

Desta investigação saiu um conjunto de resultados que comprovam a existência de uma mudança significativa do estado psicológico multidimensional durante as etapas do deslocamento e que existe uma diferença do nível de stress entre as missões no âmbito IFOR e SFOR. Estes resultados serão discutidos mais à frente do capítulo IV Apresentação e Discussão dos Resultados.

2.8 SÍNTESE CONCLUSIVA

Podemos verificar em termos de síntese que Portugal, tinha à altura vigente um quadro normativo que atribuía as responsabilidades dos compromissos assumidos com as demais Organizações Internacionais de que faz parte. Compromissos esses, de âmbito militar em que cabiam às Forças Armadas o seu cumprimento.

Desta forma, no seguimento do estipulado na CRP, o CEDN vai de encontro a isso, identificando um conceito e uma identidade de segurança e defesa no seio da União Europeia, onde face a este sentimento de identidade, as Forças Armadas na LOBOFA

⁴⁴Grupo de Trabalho Missões de Paz – Unidade de Avaliação psicológica do Pré Deslocamento e Unidade de Avaliação Psicológica do Pós - Deslocamento constituído por Ten Paiva, Alf Cerdeira, Alf Rodrigues e Alf Ferro.

⁴⁵Trabalho apresentado em Anexo (G).

⁴⁶É um inventário onde se encontra caracterizado em forma de lista os sintomas de mal-estar.

⁴⁷Tem como objectivo avaliar o stress em contexto organizacional.

⁴⁸Tem como objectivo desenvolver as técnicas de avaliação psicológica dos valores que as pessoas procuram alcançar ou pretendem encontrar no vários papéis da vida.

⁴⁹Tinha por finalidade a obtenção de informação descritiva sobre a percepção dos militares em relação ao TO.

estipulam como uma das suas missões, satisfazer os compromissos internacionais assumidos.

O Exército fazendo parte integrante do sistema de forças nacionais, assegura directamente o cumprimento destas missões, assim a LOE estipula a necessidade de fazer cumprir compromissos assumidos e da à componente operacional a missões de carácter operacional, como é o caso das FND.

A Projecção de uma FND apenas é possível por um esforço efectuado a nível nacional e a nível internacional. Portugal, não tendo a capacidade de assegurar um TO, efectua-o integrado numa estrutura internacional de múltiplas nacionalidades, de modo que se possa alcançar os objectivos comuns propostos.

PARTE II - SUSTENTAÇÃO PRÁTICA

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

“Há conhecimento de dois tipos: sabemos sobre um assunto, ou sabemos onde podemos buscar informação sobre ele”.

Samuel Johnson

3.1 METODOLOGIA DE ABORDAGEM

O método é a forma como podemos tratar algo, *“trata-se da Arte de bem pensar objecto e de bem escolher e utilizar os instrumentos tendo em vista a resolução de um problema bem formulado”*, (Santos, 2005 p.12). Assim, como arte deste trabalho, existe a tentativa de seguir os procedimentos de investigação relativos às ciências sociais, seguindo mais propriamente o método *“hipotético-dedutivo”*, (Quivy e Campenout, 2008 p.144), onde existe um caminho percorrido através das hipóteses, conceitos e indicadores e onde no final se pretende estabelecer a correspondência com o real, (Quivy e Campenout, 2008).

Este método torna a investigação efectuada, qualitativa e descritiva, onde o investigador executa uma envolvimento com os sujeitos dos estudos onde se arrisca a *“viver a realidade da mesma maneira”*, (Carmo e Ferreira, 2008 p.198), para isso a descrição dos dados analisados deve ser o mais rigorosa possível e resultar directamente dos mesmos, (Carmo e Ferreira, 2008).

3.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

A elaboração deste trabalho teve como *“farol”* um dos conceitos a nível da investigação, *“conceito básico da elaboração de uma tese, ou seja, o resumo do seu conteúdo global”*, (Sarmiento, 2008 p.74), onde se parte de conceitos gerais, mais genéricos, para os conceitos particulares. A partir dos conceitos gerais construímos um caminho bem definido e estruturado, onde se consegue distinguir bem o ponto de partida e identificar o ponto de chegada, que são os conceitos particulares. Assim *“a tese é como um funil”*, (Sarmiento, 2008 p. 74), onde a investigação é conduzida como sendo um fluido onde o

produto final sai na parte inferior do funil de forma circunscrito, trabalhado e estruturado, (Sarmiento, 2008).

3.2.1 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO

A luz da investigação, o objectivo geral, é a capacidade de entrada do Exército num TO fora do Território Nacional. O objecto específico, é identificar as implicações específicas desta Força, que só se verificam nela e que a sua força de rendição não vem posteriormente a perceber. Partindo assim, para a formulação da QC e QD, ou seja, o levantamento de hipóteses para ir ao encontro do objectivo da investigação.

3.2.2 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DIMENSÕES

Como ponto de partida da investigação, temos a QC da qual partimos agora para a identificação da variável dependente e independente deste estudo.

Assim, temos como variável independente, a projecção das FND, e como variável dependente a inserção das FND na estrutura internacional e num TO estrangeiro. Assim, ao nível da variável dependente temos como dimensão a conduta nas operações, a sua capacidade de abastecimento, a resistência psicológica da força e a sua conduta internacional. Ao nível da variável Independente analisamos as dimensões ao nível tático, logístico, psicológico e da infra-estrutura internacional, apresentadas à variável dependente. Ao nível da dimensão independente temos o levantamento das questões derivadas da investigação, estas por sua vez levaram à formulação das hipóteses a serem verificadas ou não ao nível das dimensões dependentes. Para melhor compreensão apresenta-se o esquema.

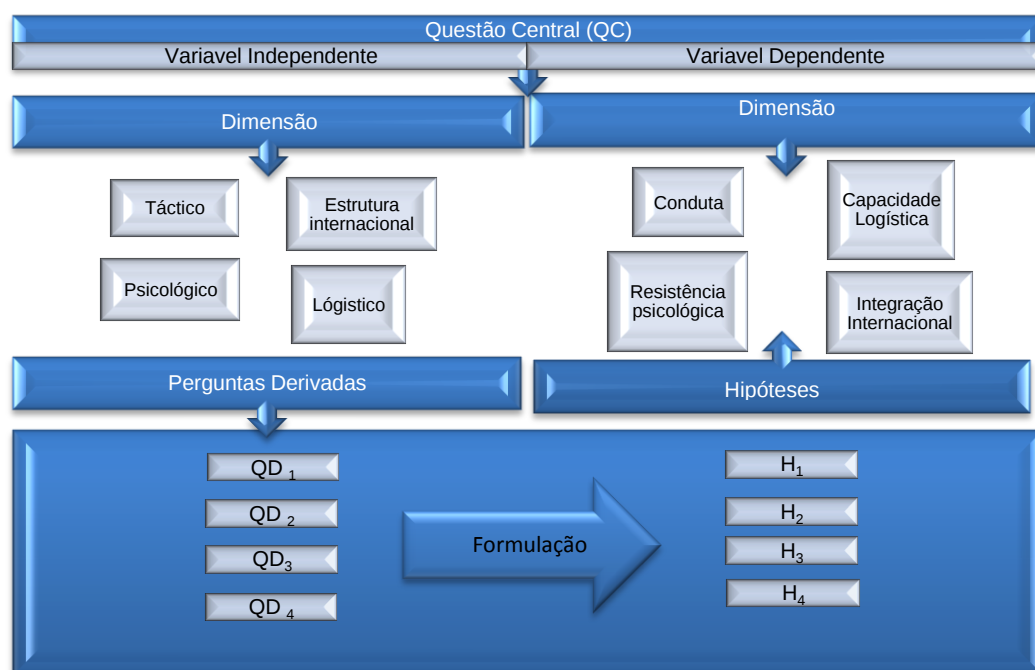


Figura 3.1 – Esquema das variáveis e dimensões

3.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRAS

A população caracterizada neste trabalho é dividida em dois grupos. Sendo o primeiro grupo, orientado para a investigação efectuada ao nível psicológico, realizado pela investigação do CPAET que é constituído por 1346 militares, do universo dos militares projectados por Portugal pelo 2ºBIAT, 3ºBIAT e 1ºBiMec em que o grupo de trabalho efectuou um estudo para o impacto psicológico existente no pré-deslocamento e pós-deslocamento. O segundo grupo, é constituído por Oficiais que se mostraram disponíveis do Estado Maior do 2ºBIAT, 3ºBIAT, Agrupamento Bravo e Agrupamento Charlie nomeadamente, pelos responsáveis das áreas específicas relacionadas pelos objectivos de investigação, sendo eles, Oficial de Logística e Oficial de Operações. Dos oito cargos estudados obteve-se uma amostra representativa de 58%.

3.2.4 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Os instrumentos utilizados na pesquisa dos dados recolhidos são em função destes últimos. De acordo com as diferentes tipologias de dados pretendidos, os instrumentos de recolha eram seleccionados para ir ao encontro do método científico. Assim, foi utilizado numa primeira fase da investigação a análise documental e análise de fontes oficiais como exemplo disso, relatórios de fim de missão, para se poder efectuar uma exploração e recolha de dados de modo a efectuar a Sustentação Teórica do Trabalho. Numa segunda fase, foram utilizadas entrevistas de carácter semi-exploratório, para efectuar uma recolha de dados específicos a serem tratados na Sustentação Prática da investigação.

As entrevistas encontram-se divididas em dois blocos de perguntas, sendo o primeiro bloco a apresentação da entrevista e o segundo bloco constituído pelas perguntas de carácter orientado para a procura dos dados a extrair.

3.2.5 REGISTO E TRATAMENTO DE DADOS

O registo de dados a nível das entrevistas descreveu um circuito que se iniciou com a realização da entrevista gravada sob autorização do entrevistado, de seguida foi efectuada a transcrição das entrevistas para um formulário como apresentado aos entrevistados, depois da transcrição feita o documento foi apresentado de novo ao entrevistado por via correio electrónico que efectuou a rectificação do documento, e o devolveu de novo à fonte.

Às entrevistas rectificadas foi efectuada uma análise qualitativa de modo a retirar os dados fornecidos, dados estes que foram inseridos numa tabela para ir ao encontro das hipóteses.

Os dados fornecidos pelas entrevistas foram colocados em quadros de análise de modo a poder haver uma comparação qualitativa dos mesmo e poder analisar as diferentes problemáticas percebidas pelos entrevistados. A colocação dos dados extraídos para

um quadro não pode ser tida em conta como a quantificação dos mesmos, mas sim, de modo a poder-se efectuar uma comparação entre os dados qualitativos.

3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

O início desta investigação iniciou-se com uma busca documental para o autor poder delimitar e estruturar o tema estudado de modo a conseguir orientar o caminho a seguir na investigação. Assim, temos a investigação delimitada pela Sustentação Teórica, da qual partimos para a Sustentação Prática, onde o método utilizado foi o levantamento dos dados através das entrevistas realizadas à população com a finalidade da obtenção de dados a serem discutidos e apresentados no Capítulo Apresentação e Discussão de Resultados na busca de respostas às QD para a validação das Hipótese conforme iremos a seguir verificar.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DE ENTREVISTAS

4.1.1 TÁCTICO

De seguida, realizar-se-á a análise das questões de ordem Tática efectuadas à população, de modo a relacionar os dados extraídos para que se possa ir ao encontro da hipótese levantada à seguinte questão derivada.

QD₁: *Existe algum constrangimento a nível tático que impossibilite o emprego da Força?*

No âmbito tático, foram efectuadas duas perguntas à população de modo a poder comparar, uma no âmbito das dificuldades que os contingentes perceberam na execução das suas tarefas diárias a nível da execução das suas operações, isto é, se existiu algo que afectou o cumprimento da missão ou a pôs em causa; a outra a nível da postura do Force Protection, limitava ou não o emprego da força e se este em alguma situação restringiu o emprego da força.

A busca da resposta à QD₁ tem como objectivo analisar se os dados extraídos podem verificar a hipótese H₁.

H₁: A existência do “Force Protection” limita o seu emprego sendo ao mesmo tempo mais restritivo, originando implicações de ordem tática.

4.1.1.1 Análise do Conteúdo à Questão n.º 9⁵⁰

De seguida, no quadro 4.1, apresenta-se a análise à questão nº 9: *Quais foram as dificuldades a nível de operações sentidas ou percebidas pelo contingente?*

⁵⁰ Numeração preconizada conforme o Apêndice (B).

Quadro 4.1 Análise de resultados da questão n.º 9

Resposta	Existência	Ausência	Argumentação	Ordem de Entrada
Entrevistado Coronel Prazeres	x		– Não havia instalações preparadas para receber a tropa. – Instalações por desminar. – O Batalhão estava preparado sob o ponto de vista convencional. – Meios TSF orientados para o combate convencional. – Aspectos de segurança relacionada com o armamento, confrontado com a falta de uma mentalidade desperta para o perigo do seu manuseamento.	Bósnia 1ª Forças
Entrevista Tenente-Coronel Peixeiro		x	– Não refere problemas de monta sentidos para a execução das Operações. – A experiência permitiu colmatar os aspectos detectados pelo 2ºBIAT.	Bósnia Forças de Rendição
Entrevista Coronel Santos	x		– Quando chegamos lá, não havia nada, não havia condições. – Prioridade montar a sua segurança do contingente e apropriação de condições.	Kosovo 1ª Forças
Entrevista Coronel Esgalhado		x	– Não refere a existência de qualquer dificuldade a nível do emprego da força. – Refere a existência da falta de uma aptidão linguística. – A utilização de intérpretes locais de fiabilidade duvidosa.	Kosovo Forças de Rendição

Da análise do quadro 4.1 pode-se constatar que em ambas as forças de abertura, foram verificadas dificuldades a nível operacional em relação à sua entrada em TO. É referido como principal dificuldade a inexistência de infra-estruturas em condições prontas a receber militares, o que leva a uma alteração de prioridades por parte dos contingentes, sendo necessário ter como prioridades a segurança e o estabelecimento das condições a nível das infra-estruturas, como é referido pelo Coronel Prazeres e pelo Coronel Santos na Abertura dos dois TO. Outra dificuldade percebida pelo Coronel Prazeres, foi os meios TSF, que estavam preparados para o combate convencional, trabalhando por norma a distâncias relativamente mais curtas do que exigido neste tipo de operações, este refere ainda que existia a falta de uma mentalidade desperta no manuseamento com armamento, onde chegou a acontecer um acidente, onde existiram vários disparos fortuitos.

Em relação às forças de rendição não é verificada qualquer existência de limitações. No entanto, o Coronel Esgalhado refere a existência de dificuldades no trabalho da força, que estavam relacionadas com a língua, no entanto este ponto tem que ser separado e discernido, pois não põe em causa o emprego da mesma, mas sim quanto muito as dificuldades que um indivíduo tem no desempenho da sua função.

Assim, desta análise comparativa podemos constatar a percepção de implicações às forças de abertura de um TO. Implicações estas que não eram do âmbito operacional, mas que punham em causa o seu nível, bem como a alteração das prioridades aos contingentes.

4.1.1.2 Análise do Conteúdo à Questão n.º 11⁵¹

Em baixo, no quadro 4.2, apresenta-se a análise à questão nº 11: Em que aspecto o “Force Protection” limitou o emprego da força?

Quadro 4.2 Análise de resultados da questão n.º 11

Resposta	Limitou	Não limitou	Argumentação	Ordem de Entrada
Entrevistado Coronel Prazeres		x	– O force protection em tropa bem treinada não é limitativo.	Bósnia 1ª Forças
Entrevista Tenente-Coronel Peixeiro		x	– Não identificou qualquer limitação.	Bósnia Forças de Rendição
Entrevista Coronel Santos		x	– Não tivemos qualquer limitação à nossa actividade operacional.	Kosovo 1ª Forças
Entrevista Coronel Esgalhado		x	– Não apresentam uma limitação ao emprego da força.	Kosovo Forças de Rendição

Os entrevistados referem que o aspecto da existência do Force Protection pela análise das respostas não apresenta uma limitação ao emprego da força. No entanto, este conceito apresenta duas facetas referidas pelo Coronel Esgalhado, uma de conferir uma maior segurança da força no desempenho das suas funções que leva a posturas que incrementam um maior desgaste a nível do pessoal e um maior desdobramento de meios materiais. É referido também pelo Coronel Prazeres que existia e era exigida pela IFOR uma postura que obrigava a que o escalão mínimo a ser usado fosse de escalão pelotão, o que vem a vincar o referido pelo Coronel Esgalhado.

Assim, do conjunto da análise destes dois quadros 4.1 e 4.2, podemos verificar que a H_1 não se verifica, que ao nível das operações desempenhadas pelos contingentes a existência do “Force Protection” não representa algo limitativo, mas sim como sendo algo que lhes proporciona uma maior protecção e segurança tanto para o contingente como para o militar individual. Existe no entanto, a necessidade de ressaltar a existência de implicações que influenciaram as forças relativamente ao seu nível operacional, implicações estas que não são táticas.

⁵¹ *Idem*

4.1.2 LOGÍSTICO

De seguida, analisar-se-á as questões efectuadas à população de modo a perceber o funcionamento da estrutura logística do contingente, tanto ao nível da ligação nacional como ao nível da ligação internacional, de modo a ir ao encontro da hipótese levantada à seguinte questão derivada.

QD₂: A nível logístico será a estrutura demasiado pesada, influenciando o emprego da Força?

A busca da resposta à QD₂ tem como objectivo analisar se os dados extraídos podem verificar a hipótese **H₂**.

H₂: A estrutura logística não consegue ajustar-se em tempo oportuno às condicionantes apresentadas pelo TO.

4.1.2.1 Análise do Conteúdo à Questão n.º 15⁵².

Em baixo no quadro 4.3 apresenta-se a análise à questão n.º. 11: A estrutura logística, que se encontrava montada funcionava correctamente?

Quadro 4.3 Análise de resultados da questão n.º 15

Resposta	Funcionou	Não funcionou	Argumentação	Ordem de Entrada
Entrevistado Coronel Prazeres	x		– Não me recordo de nenhuma situação crítica que tivesse posto em causa a estrutura logística montada.	Bósnia 1ª Forças
Entrevista Tenente-Coronel Peixeiro	x		– Seria injusto afirmar que houve falhas no fornecimento logístico. – Apenas demoras alheias ao exército.	Bósnia Forças de Rendição
Entrevista Coronel Santos	x		– Não refere a existência de qualquer limitação.	Kosovo 1ª Forças
Entrevista Coronel Esgalhado	x		– Sim, pode-se dizer que sim. – O dispositivo Logístico, dentro das possibilidades de Portugal estava a funcionar bastante aceitavelmente.	Kosovo Forças de Rendição

Os entrevistados referem que a estrutura Logística de acordo com a análise do quadro, se encontrava a funcionar correctamente, na medida das possibilidades de Portugal,

⁵² *Idem*

tanto a nível do canal logístico que o contingente possuía com Portugal, como a que possuía com as estruturas internacionais no TO.

4.1.2.2 Análise do Conteúdo à Questão n.º 16⁵³.

Em baixo, no quadro 4.4, apresenta-se a análise à questão nº 11: Em algum momento do deslocamento não houve o fornecimento logístico? Se sim, qual o motivo?

Quadro 4.4 Análise de resultados da questão n.º 16

Resposta	Verificou-se	Não se verificou	Argumentação	Ordem de Entrada
Entrevistado Coronel Prazeres	x		– Falta de fornecimento de lubrificantes para viaturas chaimite. – Volante de abastecimento de lubrificantes francamente insuficiente.	Bósnia 1ª Forças
Entrevista Tenente-Coronel Peixeiro	x		– Alteração do estado de Segurança. – Indisponibilidade do C-130.	Bósnia Forças de Rendição
Entrevista Coronel Santos		x	– Não, de forma nenhuma.	Kosovo 1ª Forças
Entrevista Coronel Esgalhado		x	– Não se pode falar de falhas de reabastecimento.	Kosovo Forças de Rendição

Da análise do quadro podemos constatar que as faltas de fornecimento ao nível logístico não estão relacionadas com o facto de ser uma força de abertura ou uma força de rendição, pois em ambas se verificou faltas no fornecimento. Falhas estas que pela análise não estão directamente relacionadas com a capacidade logística, como é referido pelo Coronel Prazeres. Devido ao facto de se efectuar um número elevado de quilómetros não houve a noção por parte do Exército dos consumos das viaturas em lubrificantes, originando desta forma o problema. A outra falta de fornecimento é referida pelo Tenente-coronel Peixeiro por duas situações distintas, sendo uma delas por imposição da IFOR, sendo alheio à estrutura logística por isso não será tomada em conta e a outra por indisponibilidade do C-130.

Assim, da análise destes dois quadros 4.3 e 4.4. podemos verificar que a H₂ não se verifica, a estrutura logística montada trabalhou correctamente e conseguiu dar resposta às situações apresentadas, uma vez que as falhas verificadas não estavam relacionadas com a organização ou capacidade de fornecimento logístico mas sim por situações externas a esta.

⁵³ *Idem*

4.1.3 ESTRUTURA INTERNACIONAL

De seguida, efectuar-se-á a análise das questões relacionadas com a estrutura internacional efectuadas à população de modo a ir ao encontro da hipótese levantada à seguinte questão derivada.

QD₃: A integração da Força na estrutura militar internacional é bem sucedida de forma a não haver uma limitação na sua operacionalidade?

Assim, nesse sentido foram efectuadas duas questões, uma no âmbito da integração da força na infra-estrutura internacional, e uma segunda no âmbito do trabalho institucional entre forças de modo a que se possa retirar dados para poder verificar a hipótese **H₃**.

H₃: A força por estar inserida numa estrutura de múltiplas nacionalidades, onde existe uma diversificação de doutrinas e de conceitos, poderá dificultar o emprego da força, o cumprimento da sua missão ou a segurança da mesma.

4.1.3.1 Análise do Conteúdo à Questão n.º10⁵⁴

Em baixo, no quadro 4.5, apresenta-se a análise à questão n.º. 10: A nível da estrutura internacional, o contingente português conseguiu-se integrar correctamente?

Quadro 4.5 Análise de resultados da questão n.º 10

Resposta	Afirmativa	Negativa	Argumentação	Ordem de Entrada
Entrevistado nº1 Coronel Prazeres	x		– Conseguiu-se integrar sem dificuldade. – Quer sob o ponto de vista técnico no âmbito da IFOR, quer sob o ponto de vista da fricção com as entidades locais em presença.	Bósnia 1ª Forças
Entrevista nº3 Coronel Esgalhado	x		– Era leal e cooperativa.	Bósnia Forças de Rendição
Entrevista nº4 Coronel Santos	x		– Conseguimo-nos integrar muito bem. – Foi bem conseguida ao ponto de termos um pelotão de carros Italiano. – Tivemos todo o apoio da força Italiana	Kosovo 1ª Forças
Entrevista nº2 Tenente-Coronel Peixeiro	x		– Nós sabíamos como fazer as coisas, as NEP's tanto quer pela Divisão como pela Brigada eram claras e nós tínhamos acesso a elas.	Kosovo Forças de Rendição

Os entrevistados consideram que a integração no âmbito geral, das forças portuguesas no TO, foi bem sucedida e efectuada correctamente, não existindo diferenças a nível de integração relativamente às forças de abertura e às forças que lhe vieram a render.

⁵⁴ *Idem.*

Este factor de sucesso de integração internacional, ou seja a não existência de diferenças significativas de integração entre as duas, é levantado pelo Coronel Prazeres como o fruto dos exercícios de cooperação em que a BAI participava desde a sua integração no ARRC em exercícios conjuntos, e do intercâmbio com a Brigada Italiana. Permitindo assim à Força de Abertura estar completamente integrada na estrutura internacional a nível de trabalho de Estado Maior com a sua cadeia de comando.

É referido ainda pelo Coronel Santos o sucesso de relacionamento dos contingentes, sendo exemplo disso a disponibilização ao contingente português de um pelotão de carros de combate para o cumprimento da sua missão, cedido pela Brigada Italiana.

4.1.3.2 Análise do Conteúdo à Questão n.º 12⁵⁵

Em baixo, no quadro 4.6, apresenta-se a análise à questão nº. 12: O fluxo do trabalho de dados, na estrutura internacional a nível operacional funcionava sob os modelos standards da NATO?

Quadro 4.6 - Análise de resultados da questão n.º 12.

Resposta	Afirmativa	Negativa	Argumentação	Ordem de Entrada
Entrevistado Coronel Prazeres	x		– O sistema de fluxo de informação regia-se por padrões doutrinais NATO	Bósnia 1ª Forças
Entrevista Coronel Esgalhado	x		– Todos os relatórios obedeciam modelos preconizados pela doutrina NATO	Bósnia Forças de Rendição
Entrevista Coronel Santos	x		– Sim, era sob os modelos NATO. – Tudo o que era documentação de trabalho seguia os modelos NATO	Kosovo 1ª Forças
Entrevista Tenente-Coronel Peixeiro	x		– Sim, era sob os moldes NATO	Kosovo Forças de Rendição

Os entrevistados responderam que o fluxo de informação entre a estrutura internacional montada funcionou correctamente, de acordo com os modelos standards da NATO. No entanto, de acordo com a refutação do Coronel Prazeres, por vezes a língua utilizada não era o Inglês, chegando o contingente a receber documentação descendente da Divisão em Francês e da Brigada em Italiano o que não era norma. O mesmo é referido pelo Tenente-coronel Peixeiro, que apesar de a documentação estar sob os moldes da NATO, esta era esporadicamente difundida na sua língua de origem, tendo os contingentes a necessidade de a traduzir para Português e de efectuar a resposta em Inglês.

⁵⁵ *Idem.*

Em relação ao TO do Kosovo, tal não se veio a verificar, é referido tanto pelo Coronel Santos como pelo Coronel Esgalhado que toda a documentação foi feita em inglês e sob os modelos doutrinários da NATO.

Assim, do conjunto de análise destes dois quadros, 4.5 e 4.6, pode-se partir para a averiguação de **H₃**. Analisando os quadros, podemos extrair que não se verifica uma diversificação de doutrinas e de conceitos entre as forças internacionais, e que a doutrina implementada era a doutrina NATO. Pode-se assim, referir que **H₃** não se verifica, não existe algo que se possa extrair e onde se possa afirmar a existência de dificuldades no emprego da força que ponham em causa o cumprimento da sua missão ou a segurança da mesma. O facto de ter sido verificado no TO da Bósnia que esporadicamente se efectuava a difusão de documentação sob a língua materna da força, existia o esforço de esta ser sob os modelos NATO e que não era prática corrente, e não punha em causa a segurança e o emprego da Força.

4.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS

4.2.1 Psicológico

De seguida, vamos efectuar uma análise relativamente aos dados retirados do Estudo efectuado pelo CPAET para a validação da hipótese levantada à seguinte questão derivada.

QD₄: Existe algum impacto a nível psicológico por ser a primeira força a entrar no TO, e de que modo esse impacto influencia as operações?

Destes dados obtidos pretendemos ir ao encontro de resultados em que se possa validar a hipótese **H₄**.

H₄: Existe um impacto a nível psíquico no indivíduo, inerente ao facto de estar a entrar num TO que é desconhecido e de conflito, que afecta o estado emocional.

De acordo com o estudo efectuado pelo CPAE, existe um conjunto de resultados a extrair. Verifica-se que existe uma alteração do estado psicológico do indivíduo, e que existe uma diferença do impacto do nível stress entre graduados e praças. Este estudo, salienta, ainda, a existência de uma diferença entre o nível de stress na força de abertura e a sua força de rendição, justificada pela proximidade do conflito, que quanto mais próximo do conflito estamos, maior é o nível de stress inserido nos militares.

É verificado que o nível de stress é mais elevado na classe de praças do que na classe de oficiais e sargentos, que é justificado pelo estudo e pelo tempo de permanência na instituição.

Existe, também relacionado com a tipologia das missões, uma diferenciação do nível de stress relativamente à tipologia da força, onde a força sob a égide da IFOR, devido às suas características, apresenta níveis de stress mais elevados do que as forças na tipologia da SFOR.

Assim, da análise deste documento, pode-se verificar que a H_4 se verifica. Existe uma alteração do estado psicológico do indivíduo que é originado pela proximidade dos conflitos. Outro facto que leva ao aumento do nível de stress é a tipologia da força empregue, isto é, quanto maior for o carácter coercivo da força, maior é o nível de stress incrementado. Verifica-se, também, que existe uma diferenciação do impacto do stress entre os graduados e a classe de praças, verificando um nível mais elevado na classe de praças.

4.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Do conjunto de análises fraccionadas efectuando na apresentação e discussão dos resultados obtidos às dimensões estudada, constata-se que H_1 não se verifica, pelo que ao nível das operações desempenhadas pelos contingentes a existência do “*Force Protection*” não representa ser algo limitativo. H_2 não se verifica, não existiu uma diversificação de doutrinas e de conceitos entre as forças internacionais, e que a doutrina implementada era a doutrina NATO. H_3 verifica-se, ou seja, existe uma alteração do estado psicológico do indivíduo, e por fim que H_4 não se verifica, a estrutura logística montada trabalhou correctamente e conseguia dar resposta às situações apresentadas.

Podemos agora constatar que pela validação positiva ou negativa das hipóteses atingimos um estado final a concluir no capítulo seguinte.

CONCLUSÕES

Chegadas as conclusões desta investigação verifica-se que existe um estado final alcançado, e que existe um percurso delineado até este. À luz da realização das projecções das FND em 1996 Bósnia-Herzegovina e em 1999 Kosovo, podemos constatar que estávamos perante conceitos de operações relativamente novos que obrigaram a NATO a iniciar um processo de transformação com vista a dar resposta a estes conceitos, e dar resposta às crises da sua zona periférica deixadas pela queda da URSS, transformação esta, que veio a dar origem ao seu novo conceito estratégico em 1994, permitindo assim o emprego das forças tanto na Bósnia como no Kosovo.

Portugal, fazendo parte da NATO, assume a sua disponibilidade em participar e contribuir para a finalidade desta organização, de Segurança e Defesa. Tem assim demonstrado um conjunto de legislação que dá a legitimidade às organizações competentes de as fazer cumprir. Desta forma, de acordo com o seu quadro normativo cabe às Forças Armadas assumir a responsabilidade de assegurar os compromissos que caem no âmbito militar.

Chegando ao final deste trabalho e com as hipóteses inicialmente formuladas, as quais já foram dadas como validadas ou não validadas, existe a necessidade de as discutir e de tirar as suas relações.

Ao nível tático foi levantada a hipótese *“A nível tático a existência do “Force Protection” limita o emprego da força, originando implicações de ordem operacional”*, não foi validada, pois pela análise efectuada aos entrevistados, o Force Protection não limita o emprego da força. Todos os entrevistados consideram que este elemento não se apresenta como sendo um factor limitativo, mas muito pelo contrário, é referido que quando os militares se encontram treinados e ambientados com materiais e posturas a tomar, os procedimentos saem naturalmente, contribuindo em muito para a segurança individual e colectiva do contingente. No entanto, no decorrer da investigação foi evidente que ao nível tático os entrevistados evidenciaram, dois pontos que limitavam as Forças de Abertura de um TO, que eram, o facto de quando chegavam ao TO não haver infra-estruturas prontas para os receberem, obrigando assim a uma alteração de prioridades definidas pelos contingentes em dois pontos, o primeiro ponto era em termos de segurança da força que obrigava a esforços redobrados devido à carência das infra-estruturas, e o segundo ponto era o estabelecimento das condições de vivência das mesmas, o que obrigava a haver um desdobramento da mão-de-obra para conciliar as operações e os dois pontos acima referidos.

Ao nível logístico foi levantada a hipótese “*A estrutura logística não consegue ajustar-se em tempo oportuno às condicionantes apresentadas pelo TO, devido ao seu carácter e à falta de flexibilidade da estrutura montada entre Portugal e o TO*”, que foi considerada como não válida. Todos os entrevistados, consideraram que a estrutura montada trabalhava eficientemente, os problemas logísticos detectados não estavam relacionados com a estrutura montada, nem com a sua falta de flexibilidade em se adaptar a novas situações, mas sim, por situações alheias a esta, como o caso da alteração do estado de segurança imposto pelo escalão superior que proibia os deslocamentos logísticos, ou no caso de não haver disponibilidade de transporte aéreo por parte da Força Aérea. Outra evidência, a nível logístico, é a exigência que os planos de transportes assumem no contingente de abertura. Este plano, nesta força, é mais minucioso, abrange um conjunto de meios muito maior e é muito mais prolongado no tempo, o que não se verifica nas forças de rendição, o que é constatado pelos entrevistados pelo motivo de já haver todo o material no TO.

Ao nível Psicológico foi levantada a hipótese “*Existe um impacto a nível psíquico no indivíduo, inerente ao facto de estar a entrar num TO que é desconhecido e de conflito, que afecta o estado emocional*”, hipótese esta considerada válida. De acordo com o estudo efectuado pelo CPAET, existe um impacto psicológico no indivíduo originado pela proximidade do conflito, quanto maior a intensidade da crise maior é o stress criado no indivíduo. A tipologia da força também afecta o estado emocional da mesma, quanto maior for o carácter coercivo maior é o nível gerado no indivíduo, e que este nível de stress é também diferenciado entre classes, a classe de praças está mais sujeita ao stress devido ao pouco tempo que se encontra na instituição militar, ou seja, uma menor experiência. Estes níveis foram medidos nas forças de Abertura que apresentaram leituras mais elevadas em relação às forças de rendição.

Ao nível da Estrutura Internacional foi levantada a hipótese, “*A força por estar inserida numa estrutura de múltiplas nacionalidades, onde existe uma diversificação de doutrinas e de conceitos, poderá dificultar o emprego da força, o cumprimento da sua missão ou a segurança da mesma*” que foi considerada como não válida. Todos os entrevistados consideraram que a força por estar inserida numa estrutura internacional não advém qualquer limitação ao seu nível operacional ou nível de segurança. Consideraram que a integração foi muito bem conseguida e cooperativa tanto ao nível, táctico como logístico. É constatado como sendo um dos pontos mais fortes das forças portuguesas a sua adaptação aos TO e o relacionamento e o trabalho que consegue desenrolar com as demais forças militares no TO, bem como com a componente civil com que trabalha.

Assim, deste conjunto de análises efectuadas às dimensões da investigação pode-se constatar através dos indicadores realçados pelos entrevistados e em resposta à QC: “*Que dificuldades enfrentam uma Força de Abertura de Teatro de Operações?*” Que existe um

conjunto de implicações a nível do Plano Logístico. Este apresenta um carácter muito mais exigente e dimensão muito maior do que nas forças de rendição, ainda nesta dimensão o facto de se ter que dar início ao fluxo dos ciclos logísticos trás para esta força uma postura diferente na entrada do TO, uma postura mais auto-suficiente e de dinâmica logística.

Na dimensão táctica, as implicações recaem no facto de não haver um conjunto de infra-estruturas preparadas para receber o contingente, o que obriga a alterações de prioridades no início, alterações essas que estão viradas para a segurança do contingente e para o estabelecimento das condições de vivência nas infra-estruturas.

A nível psicológico existe um nível de stress por norma mais elevado, devendo-se este nível ao facto da força estar mais próxima da eclosão do conflito e por a força de entrada ter um carácter mais coercivo. No entanto, a distribuição do nível de stress pelo contingente não é uniforme, esta é mais elevada na classe de praças do que nos graduados. Por fim, no nível da estrutura internacional, por norma, não existem dificuldades de monta na integração dos contingentes portugueses.

Deste trabalho pode-se constatar as dificuldades sentidas ou percebidas de uma unidade escalão batalhão na abertura de um TO. Neste sentido, para dar continuidade ao trabalho realizado, recomenda-se uma investigação no âmbito das unidades de escalão companhia, de modo a elencar as dificuldades aos mais variados escalões em termos de futuras projecções efectuadas por Portugal.

Em termos de limitações, esta investigação teve como obstáculo o tempo disponível para a sua execução, pois não permitiu a realização de um número maior de entrevistas devido à indisponibilidade dos profissionais em causa, por estes se encontrarem fora do Território Nacional.

BIBLIOGRAFIA

a. Monografias

CALMEIRO, Miguel e **MAGRO**, Manuela (2005). *O Exército Português nos caminhos da PAZ*, Sociedade Tipografica SA, Lisboa.

CARMO, Hermano e **FERREIRA** Manuel Malheiro (2008). *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.

COUTO, Abel, (1988). *Elementos de Estratégia – Apontamentos para um Curso*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.

DOUGHERTY, James e **PFALTZGRAFF**, Robert (2003). *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Gradiva, Lisboa.

FREUND, Julien (1965). *Qu'est ce la Politique*, Ed du Seuil, Col. Politique.

MACHADO, Miguel (1997). *Bósnia 96*, Sociedade Tipográfica, Lisboa.

MAYALL, James (1996). *The New interventionism*, University Press, Cambridge.

MOREIRA, Vital e **CANOTILHO**, Gomes (2005). “*Constituição da República Portuguesa Lei do tribunal Constitucional*”, 8ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra

OLIVEIRA, António (2011). *Resolução de Conflitos o Papel do Instrumento Militar no Actual Contexto Estratégico o Exemplo do Kosovo*, Esfera do Caos, Lisboa.

RIBEIRO, Henriques M. Lages (2008). *Dicionário de Termos e Citações de Interesse político e Estratégico*, Gradiva, Lisboa.

RIBEIRO, José (2000). *O Conflito no Kosovo e a Instabilidade nos Balcãs*, Informação Internacional, Ministério do Planeamento, Lisboa.

b. Manuais

EME (2005). RC 130-1 *Operações*.

NATO (2010). AJP-3.4.(A) *Allied Joint Doctrine For Non-article 5 Crisis Response Operations* (CRO). 1nd study draft

NATO (2003). AJP-9.(A) *Allied Joint Doctrine Nato Civil Co-operation* (CIMIC).

NATO (2001). *NATO Handbook*

c. Contribuições em Monografias

BARTONE, Paul T.(1996). “Stressores Psicológicos no Início dos Deslocamentos”, in Vários, *Revista de Psicologia Militar*, N.º 10, p.101-110.

- CARRIÇO**, Manuel (2000). "As Operações de Apoio à Paz: Conceptualização e Dificuldades Sinérgicas", in *Vários Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Vol. 52, n.º 6-7 Jun.-Jul. p. 557-574.
- COSTA**, João Paulo (1999). "O Envolvimento de Portugal na ex-Jugoslávia: a Participação Militar nas Missões IFOR e SFOR (1990 – 1999)", In *Vários*, Estratégia Nº 14, 2º Semestre.
- GASPAR**, Carlos (1995). "A Rússia e o alargamento da NATO", *Análise Social*, Vol. XXX (133) p. 709-764
- LEITÃO**, A., Freitas, R., & Costa, P. (2009). "NATO os Desafios e Perspectivas", *Revista Militar*, p. 2.
- MACHADO**, Miguel (1999). "Agrupamento Bravo/BAI/KFOR parte para o Kosovo", *Boinas Verdes*, N.º188 p.19
- MARTINS**, François (1985). "Acerca de uma Estratégia Estrutural Portuguesa" *Nação e Defesa*, N.º 36 p.89-120
- PAIVA**, Luís e tal (1997). "O Militar Português em Missões de Paz – Factores Humanos no Pré e no Pós-Deslocamento", *Revista de Psicologia Militar*, N.º 10, p.35-56
- ROCHA**, Octávio de Cerqueira (2000). "Portugal e as Operações de Paz na Bósnia, A preparação das Forças", *Nação e Defesa*, N.º 92 2ª Série p.71-92.
- SARAIVA**, Fernando Pires (2007). "IFOR/Bósnia 1996", *AZIMUTE*, N.º 183, Agosto, p. 28-37.
- TEIXEIRA**, Nuno Severiano (1995). "Portugal e a Nato: 1949 – 1989", *Análise Social*, Vol XXX (133) p.803 - 818

d. Artigos em Revistas on-line

- BARTONE**, Paul T (1998) "Dimensions of psychological stress in peacekeeping operations". *Military Medicine*. Obtido a [27Jun 2011] em http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3912/is_199809/ai_n8811005/
- COSTA**, João Ricardo (2008) "A Intervenção Aliada no Kosovo", *Revista Militar*. Obtido a [04 Jun , 2011] em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=292>
- PEREIRA**, C. P., & FARINHA, T. C. (2009) *Acções desenvolvidas pelas Forças Armadas em missões de Paz no quadro da Organização das Nações Unidas*, *Revista Militar*. Obtido a [10 Fev 2011] em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=357>
- PEREIRA**, Cristina Maria Costa (2011) "Uma Experiencia no Teatro de Operações do Kosovo", *Revista de Artilharia*. Obtido a [02Jun 2011] em http://www.revista-artilharia.net/index.php?option=com_content&task=view&id=496&Itemid=33

e. Documentos on-line

AUERSWALD, David (2009). “*NATO at War: Understanding the Challenges of Caveats in Afghanistan*”. Acedido a [20 FEV 2011], disponível em: <http://www.aco.nato.int/resources/1/documents/NATO%20at%20War.pdf>.

DOBBINS, James (2005). “*O papel da OTAN na construção de Estados*”. Acedido a [20 Fev 2011] disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2005/issue2/portuguese/art1.html>.

EXÉRCITO. Endereço oficial da página de ex-comandantes do Exército Português Acedido a [27 Jun, 2011], disponível em <http://www.exercito.pt/EP/Paginas/ex-comandantes.aspx>.

KFOR. Endereço oficial da NATO, Acedido a [4 Jun 2011], disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm

NATO Endereço Oficial da, Acedido a [10 Fev 2011], disponível em: <http://www.nato.int/docu/basic/txt/treaty.htm>.

SANTOS, J. R. (2006). “*Metodologia das Ciências Sociais*”. Acedido a [14 Fev 2011], disponível em: <http://intranet.academiamilitar.pt/course/view.php?id=149>.

USAMRUG Endereço oficial da Unidade de Pesquisa Médica na Europa do Exército dos Estados Unidos, [27 Jun, 2011]. Disponível em <http://wrair-www.army.mil/Psychiatry-and-Neuroscience/about>.

f. Legislação e outros documentos oficiais

Diário da República n.º 174 (28 Jul, 1999) série I-B, Portaria n.º 566/99.

Relatório final de Missão – 2ºBIAT/IFOR(12JAN/96/11AGO96).

Relatório final de Missão – 3ºBIAT/IFOR(12JAN/96/20DEC96).

Relatório final de Missão - AgrMike/KFOR(11AGO/99/11FEV00).

Relatório final de Missão - AgrCharlie/KFOR(12FEV00/11AGO00).

Resolução do Concelho de Ministros N.º 9 (1994)

Resolução do Concelho de Ministros N.º 6 (2003)

g. Entrevistas:

Jorge Paulo do Sêrro Mendes dos Prazeres – (Setúbal), 6 de Julho de 2011. Doutorando em Relações Internacionais na área de Segurança e Estratégia na FCSH/UNL.

Hilário Dionísio Peixeiro – Amadora, 7 de Julho de 2016. Tenente-coronel.

António Pedro Proença Esgalhado – Lisboa, 8 de Julho de 2011. Coronel na reserva

Victor Manuel dos Santos – IGE (Lisboa), 11 de Julho de 2011. Coronel

APÊNDICES

APÊNDICE A – ORGANOGRAMA DA METODOLOGIA

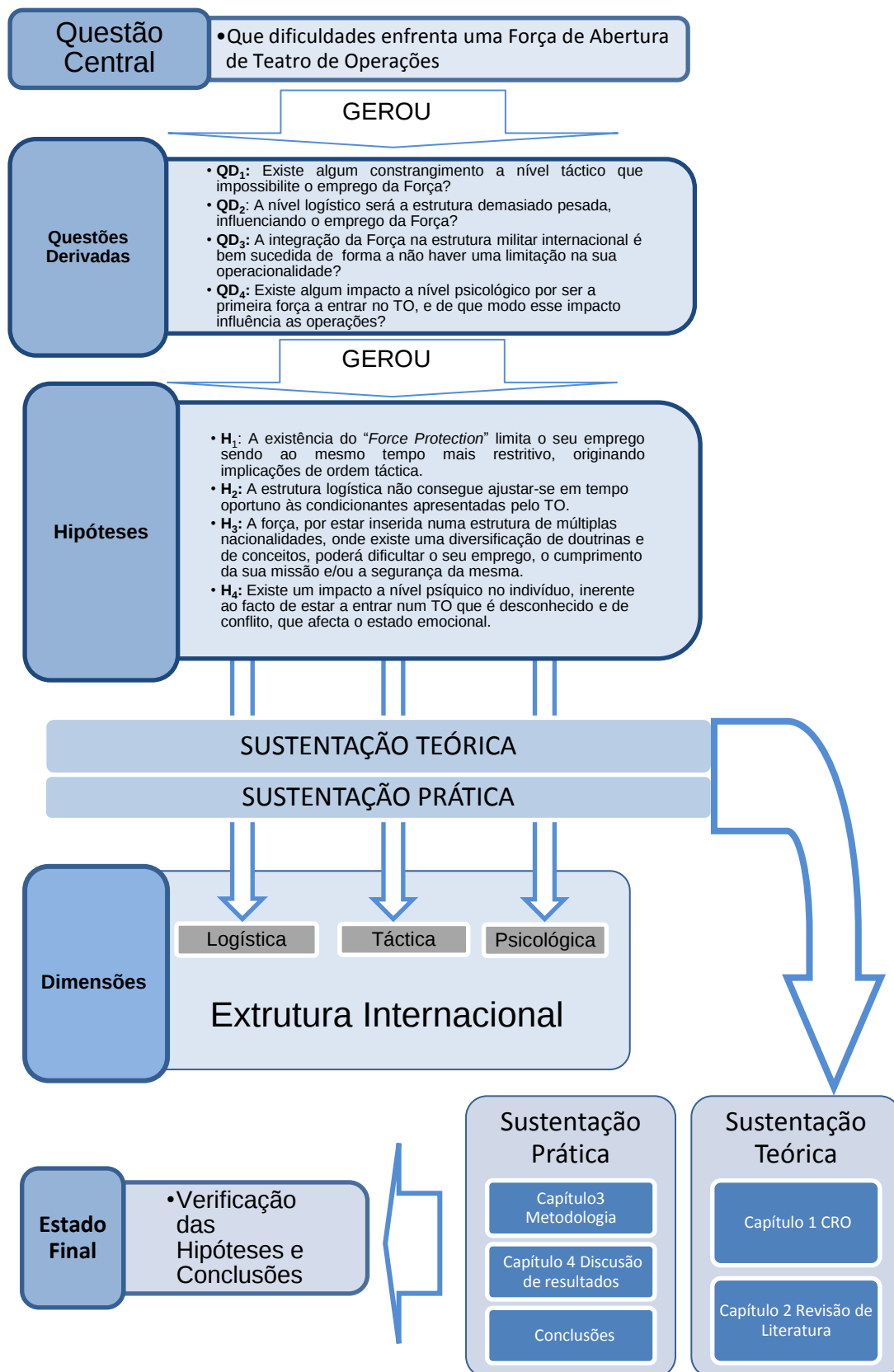


Figura 1.1: – Organograma da Metodologia

APÊNDICE B – NUMERAÇÃO DAS PERGUNTAS



ACADEMIA MILITAR

PERGUNTAS

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”

Numeração das perguntas a efectuar nos questionários das entrevistas

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Major Inf Ricardo Cristo

Lisboa, 2011

Questão 1

Qual o seu nome completo?

Questão 2

Qual é o seu posto e cargo?

Questão 3

Qual é a sua Arma ou Serviço?

Questão 4

Qual a função que desempenha?

Questão 5

Participou na Força Nacional Destacada, em que TO?

Questão 6

Qual foi a sua função?

Questão 7

Como estava estruturada a Força no TO?

Questão 8

Quais foram as limitações sentidas no desempenho da sua função?

Questão 9

Quais foram as dificuldades a nível de operações sentidas ou percebidas pelo contingente?

Questão 10

A nível da estrutura internacional, o contingente português conseguiu-se integrar correctamente?

Questão 11

Em que aspecto o “Force Protection” limitou o emprego da força?

Questão 12

O fluxo do trabalho de dados, na estrutura internacional a nível operacional funcionava sob os modelos standards da NATO?

Questão 13

Como estava estruturada a estrutura logística da FND?

Questão 14

Quais foram as dificuldades a nível logístico sentidas ou percebidas pelo contingente?

Questão 15

A estrutura logística, que se encontrava montada funcionava correctamente?

Questão 16

Em algum momento do deslocamento não houve o fornecimento logístico? Se sim qual o motivo?

Questão 17

Em algum momento por falta de doutrina, ou pelo canal logístico montado não conseguir dar resposta a situação, não houve o fornecimento em causa?

APÊNDICE C – ENTREVISTA CORONEL PRAZERES



ACADEMIA MILITAR

ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”

Entidade

Local: Setúbal

Data: 6/6/2011

Nome: Jorge Paulo do Sêro Mendes dos Prazeres

Função: Doutorando em Relações Internacionais na área de Segurança e Estratégia na FCSH/UNL.

Missão: 1º Semestre 1996, Bósnia-herzegovina

DOCUMENTO RECTIFICADO PELO ENTREVISTADO

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Major Inf Ricardo Cristo

Lisboa, 2011

GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”.

Entrevistador: Aspirante de Infantaria João Salvador das Neves Correia

Objectivos Gerais:

- Conhecer as enquadrantes gerais da projecção da força
- Obter informação não documentada
- Ir de encontro as dificuldades logísticas encontradas e as suas implicações;

Blocos Temáticos:

Bloco A: Apresentação da entrevista.

Bloco B: Orientado para a obtenção de dados na área do entrevistado

BLOCO A

Questão I – Qual o seu nome completo?

Jorge Paulo do Sêrro Mendes dos Prazeres

Questão II - Qual é o seu posto e cargo?

Coronel Pára-quedista na situação de Reserva

Questão III - Qual é a sua Arma ou Serviço?

Infantaria

Questão IV – Qual a função que desempenha?

Doutorando em Relações Internacionais na área de Segurança e Estratégia na FCSH/UNL.

Questão IV - Participou na Força Nacional Destacada, 1º semestre de 1996 pelo 2º BIAT ao Teatro de Operações Bósnia – Herzegovina?

Sim

Questão V– Qual foi a sua função?

Desempenhei funções como Oficial de Operações do 2ºBIAT/Agrupamento Júpiter, no 1 semestre de 1996.

BLOCO B

Questão VI – Como estava estruturada a Força no TO?

A força no TO estava estruturada organicamente como um Batalhão convencional, com o quadro orgânico de um qualquer Batalhão de infantaria tipo.

Quando a força chegou ao TO, em Janeiro de 1996, articulou-se em três posições: Comando e CCS em Rogática; 21 e 23ºCIAt em Kukavice e 22ºCIAt (equipada com viaturas Chaimite) em Ustipraca.

A posição seguinte situou-se em Vitkovic, ao lado de Gorazde, no lado muçulmano da Inter Entity Boundary Line (IEBL), sendo ocupada pela 23ºCIAt.

A posição de Kukavice viria ser abandonada, tendo a 21CIAt, o PelMort e o PelACar sido deslocados para Vitkovici e o PelRec para Ustipraca.

Questão VII - Quais foram as limitações sentidas no desempenho da sua função?

Não houve limitações mas sim dificuldades ou constrangimentos. A formação doutrinária ministrada em Portugal até 1995, no âmbito do Comando e Estado-Maior tinha como referência a doutrina convencional. No caso das operações de apoio à paz, os conhecimentos apreendidos pouco mais se aplicavam do que no âmbito da metodologia para a elaboração dos necessários estudos de situação. Nas operações de apoio à paz não

há inimigos mas sim entidades. Os conceitos de eixos de aproximação não têm aplicação nestas operações e os métodos para a determinação da composição e articulação das forças também não fazem sentido, uma vez que estas operações não se enquadram na tipologia das operações Ofensivas ou Defensivas.

Também os conceitos de apoio de fogos são muito restringidos, dado que a execução de fogos indirectos não são admissíveis, face às regras de empenhamento e ao perigo de danos colaterais sobre as populações. A própria forma de lidar com as Regras de Empenhamento era algo de completamente novo para as tropas portuguesas. Também a forma de reportar, quer no formato quer no conteúdo dos relatórios era algo de inusitado. A título de exemplo relato que os documentos saíam do comando da IFOR, em Sarajevo, para a divisão francesa que os traduzia para francês e os difundia para a Brigada italiana. Esta Brigada traduzia os documentos recebidos em francês trabalhando-os em italiano. O Batalhão português recebia os documentos em italiano, trabalhava-os em português e respondia ao escalão superior em inglês.

As missões de apoio à paz introduziram novas realidades no campo da cooperação civil-militar, bem como no relacionamento com as autoridades locais em actividade de gestão de crises. Também a interacção com a comunicação social foi alvo de aprendizagem e adaptação, uma vez que em Portugal não havia experiência efectiva na relação, ao mais baixo nível, entre militares e média.

Questão VIII - Quais foram as dificuldades a nível de operações sentidas ou percebidas pelo contingente?

O Batalhão não teve grandes dificuldades operacionais porque a situação não o exigiu. Porém, deparou-se com particularidades que tornaram o desafio de conduzir as operações do Batalhão como algo intenso e estimulante.

Um dos primeiros aspectos condicionante foi o das instalações. Quando o Batalhão chegou ao teatro de operações as instalações disponíveis (já depois da chegada da equipa de ligação portuguesa à Brigada italiana e da chegada do primeiro destacamento de reconhecimento do Batalhão) limitavam-se ao edifício do ex-Hotel Park em Rogática e a um espaço de terreno em Kukavice, ainda por ser completamente “bonificado”, na terminologia italiana, o que queria dizer que ainda não tinha sido verificado pelos sapadores de engenharia da Brigada italiana quanto ao seu estado de limpeza em relação a minas ou outros artefactos explosivos.

No início, se em Rogática não havia portas nem janelas e todos os espaços onde poderia circular ar gelado eram tapados com plásticos, em Kukavice as Companhias montaram um estacionamento de campanha em que apenas o Comando das Companhias estava instalado dentro de um edifício ainda não totalmente construído, apresentando falta

de cobertura em mais de metade do espaço do piso superior. As cozinhas estavam instaladas em zona coberta do referido edifício, mas a distribuição da alimentação era feita no exterior, num espaço não pavimentado e onde se acumulava água, neve e lama. O pessoal destas sub-unidades estava alojado em tendas de 3 arcos era a partir dali que se conduziam as operações.

O quadro orgânico do Batalhão era típico de uma força convencional, preparada para actuar em ambiente convencional. Desta forma, as transmissões e os seus meios estavam concebidos para operar dentro dos limites normais de uma unidade de escalão Batalhão, que em situação de ofensiva ou defensiva. Não era esse o caso na Bósnia. A área de responsabilidade (AOR) atribuída ao 2º BIAT tinha uma dimensão em nada comparável ao que seria expectável numa operação convencional e os equipamentos de VHF não eram compatíveis, nem com as distâncias a cobrir nem com a morfologia do terreno. Os poucos equipamentos de HF disponíveis efectuavam a ligação entre o Comando do Batalhão em Rogática e o comando do DAS em Sarajevo. A ligação à Brigada italiana era responsabilidade do escalão superior e assegurada por um destacamento de transmissões italiano co-colocado junto ao comando do 2º BIAT.

Assim, se para o HF as distâncias eram suficientemente curtas para que não se pudesse tirar o devido rendimento face às zonas de sombra, para o VHF que funcionava em linha de vista, com um alcance máximo nunca verificado na prática para lá dos 26 km, suportado por condições optimizadas de onda de terra, a situação tornava-se gravosa em virtude do défice de comunicação entre a Secção de Operações e as Companhias e, mais gritante, entre as Companhias e as patrulhas no terreno. Durante a execução das missões, as forças no terreno iam construindo mapas de zonas de comunicação e zonas de sombra. Mais tarde foi estabelecido um sistema de repetidor improvisado e operado em permanência por um operador, uma vez que inicialmente, os sistemas baseados em berços de repetidos não funcionavam ou não garantiam fiabilidade. Acresce dizer que os berços de repetidor não constavam no quadro orgânico de material do Batalhão e que o primeiro testado e operado foi proveniente do material da Força Aérea trazido pelo DAS, extra orgânica. Muitos dos Sargentos Pára-quedistas que integravam o DAS eram originários da Companhia de Comunicações da BRIPARAS e conheciam muito bem o material. Foi esta necessidade de comunicações que ditou o estabelecimento de um repetidor em Yabuka, onde se instalou também um destacamento de comunicações francês, e de onde era possível fazer ligação entre Rogática e Gorazde e cobrir uma área circular de quase 30 km de raio centrado neste ponto alto.

Outro dos aspectos interessantes prende-se com a forma como a tropa portuguesa encarava o seu armamento. Face à prática, em Portugal, de se fazer serviço com os carregadores selados, e à rotina, em operações, de se permanecer fora do aquartelamento

com as armas municadas, sem munição na câmara, constatou-se algum défice de segurança no manuseamento do armamento, tendo sido observados alguns incidentes sem gravidade imediatamente consequente.

Durante a primeira Joint Commission entre forças bósnias sérvias e bósnias muçulmanas realizada nas instalações do Comando do Batalhão em Rogática, um soldado efectuou dois disparos fortuitos para a zona urbana da cidade, sem consequências para a população. Durante os primeiros tempos a partir do momento em que se implementou o sistema de barril de segurança para apoiar os procedimentos de segurança ao armamento antes de se entrar no aquartelamento, verificaram-se inúmeros disparos para dentro do sistema, claramente por falta de rotina nos procedimentos de segurança. Tais fragilidades comportamentais vieram a ser confirmadas durante um serviço de guarda ao aquartelamento em Vitkovici (Gorazde) em que uma Praça, ao explorar o funcionamento da sua arma, desferiu um tiro num camarada.

Outro dos aspectos significativos foi a reacção do pessoal às condições meteorológicas agrestes. O intenso frio era algo que afectava muito significativamente condutores e chefes de viaturas das Chaimite. As soluções apontadas para resolver o problema nunca foram suficientemente satisfatórias, até que Portugal, muitos anos mais tarde veio a optar, noutros teatros de operações, por viaturas M-11 e Hummer. As viaturas Pandur recentemente adquiridas nunca foram empregues operacionalmente em qualquer TO fora do território nacional.

Pequenas situações de dificuldade operacional surgiram, face a deficiências de vária ordem, própria e alheia, que para serem descritas implicariam fundamento digno de outro Trabalho Individual.

Questão IX – A nível da estrutura internacional, o contingente português conseguiu-se integrar correctamente?

Ao nível da estrutura internacional o Batalhão português conseguiu integrar-se sem dificuldade porque, naquela altura o ambiente operacional era bastante permissivo, quer sob o ponto de vista técnico no âmbito da IFOR, quer sob o ponto de vista da atrição com as entidades locais em presença.

Questão X – Em que aspecto o “Force Protection” limitou o emprego da força?

A Force Protection não limitou o emprego da força, dado que Portugal não apresentou qualquer caveat. Porém, mais tarde, em anos seguintes, foi introduzida uma pseudo-capacidade de controlo de tumultos que nunca foi verdadeiramente utilizada, sendo essas missões naturalmente atribuídas à Multinational Specialized Unit, com competências no âmbito da Gendermarie.

Questão XI - O fluxo do trabalho de dados, na estrutura internacional a nível operacional funcionava sob os modelos standards da NATO?

Como acima foi referido, o sistema de fluxo de informação regia-se por padrões doutrinais NATO, dado que tinham origem no comando da IFOR, em Sarajevo, a qual era uma estrutura baseada no ARRC (Alied Rapid Reaction Corp) reforçada com augmenties. Porém, a metodologia era algo distorcida à medida que atravessava níveis multinacionais, como a Divisão multinacional de comando francês (Division Salamandre), a Brigada de comando italiano (Brigade Multinational Nord) e o Batalhão português (2ºBIAt/Agrupamento Júpiter).

Questão XII – Como estava estruturada a estrutura logística da FND?

Tal como a estrutura das operações, a logística estava estrutura de acordo com o quadro orgânico de um Batalhão de Infantaria convencional.

Para além do quadro orgânico, o 2BIPara estava ainda apoiado no Destacamento de Apoio de Serviços (DAS) que desempenhava as funções inerentes ao *National Support Element (NSE)*. Este órgão efectuava também a ligação de apoio logístico entre todo o contingente português e a Brigada de comando italiano.

Questão XIII – Quais foram as dificuldades a nível logístico sentidas ou percebidas pelo contingente?

O volume do DAS foi, durante o 2º semestre de 1996, considerando como de volume excessivo pelo que foi gradualmente reduzido até se transformar num *NSE* de dimensão equivalente a escalão Companhia. No início o volume de apoio logístico era de dimensão muito elevada, dado que não havia que quer sistema de outsourcing montado, sendo que parte dos géneros eram transportados de Portugal via C-130 e outra parte era fornecida pela logística da Brigada italiana. Era o DAS que tinha a responsabilidade de fazer a distribuição na unidade de todas as classes de reabastecimento. Esta distribuição tinha especial importância nas classes de víveres, combustíveis e lubrificantes, bem como de artigos completos.

Questão IVX – A estrutura logística, que se encontrava montada funcionava correctamente?

Não me recordo de nenhuma situação crítica que tivesse posto em causa a estrutura logística montada.

Questão VX – Em algum momento do deslocamento não houve o fornecimento logístico? Se sim qual o motivo?

Um dos aspectos de dificuldade logística verificada em Março de 1996 foi a falta de fornecimento de lubrificantes para as viaturas Chaimite. Estas viaturas circularam mais no anos de 1996 na Bósnia do que em 10 anos nos seus Regimentos em Portugal. Desta forma, o Exército já tinha perdido a noção dos consumos destas viaturas em lubrificante, tendo por isso estipulado um volante de reabastecimento francamente insuficiente. Outro dos aspectos problemático prendeu-se com a quantidade de pontes traseiras das Chaimites que se partiram e que tinham que vir de Portugal através dos voos semanais do C-130.

Outro aspecto ainda relevante em termos logísticos foi o *upgrade* que foi decidido quanto à necessidade de conferir blindagem às viaturas de transporte de pessoal médias. Com o aumento de peso das viaturas, face às placas de blindagem, estas deixaram de ter potência para transportar 11 militares, tendo apenas força para transportar cerca de 7 militares devidamente equipados. Com o tempo, o acréscimo de peso sobre as viaturas afectou-lhes as suspensões e até as próprias caixas de velocidade. Nunca se conseguiu uma solução completamente satisfatória para a protecção do condutor e chefe de viatura das Chaimites em relação às baixas temperaturas durante o Inverno.

Questão XVI - Em algum momento por falta de documentação ou pelo canal logístico montado não conseguir dar resposta a situação, não houve o fornecimento em causa?

Não me recordo de qualquer situação que não fosse resolvida, dado que apesar de alguma inexperiência houve, reconhecidamente, um esforço para que o apoio logístico se concretizasse. Admito que o Oficial de Logística se recordasse de aspectos que lhe tivessem sido particularmente difíceis.

APÊNDICE D – ENTREVISTA CORONEL SANTOS



ACADEMIA MILITAR

ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”

Entidade

Local: Setúbal

Data: 11/7/2011

Nome: Victor Manuel dos Santos

Função: Inspector do Exército.

Missão: 2º Semestre 1999, Kosovo

DOCUMENTO RECTIFICADO PELO ENTREVISTADO

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Major Inf Ricardo Cristo

GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”.

Entrevistador: Aspirante de Infantaria João Salvador das Neves Correia

Objectivos Gerais:

- Conhecer as enquadrantes gerais da projecção da força
- Obter informação não documentada
- Ir de encontro as dificuldades logísticas encontradas e as suas implicações;

Blocos Temáticos:

Bloco A: Apresentação da entrevista.

Bloco B: Orientado para a obtenção de dados na área do entrevistado

BLOCO A

Questão I – Qual o seu nome completo?

Victor Manuel dos Santos

Questão II - Qual é o seu posto e cargo?

Coronel no curso de Comandantes do IESME

Questão III - Qual é a sua Arma ou Serviço?

Cavalaria

Questão IV – Qual a função que desempenha?

Inspector na Inspeção Geral do Exercito

Questão IV - Participou na Força Nacional Destacada, 2º semestre de 1999 pelo Agrupamento Bravo?

Sim

Questão V – Qual foi a sua função?

Desempenhei funções como Oficial de Operações do Agrupamento Bravo.

BLOCO B

Questão VI – Como estava estruturada a Força no TO?

A força tinha uma unidade de Apoio, um Esquadrão de Comando e Serviços e depois tínhamos duas subunidades de manobra escalão de companhia, uma delas com base em viaturas 11, Panhard, e uma outra com M113. Tínhamos uma área de responsabilidade de 50 Km quadrados em torno da cidade de KLINA.

Questão VII - Quais foram as limitações sentidas no desempenho da sua função?

Por mim passava todo o planeamento operacional da força incumbia-me todo o planeamento de parte operacional do Agrupamento. Nós em termos de planeamento vivíamos muito o que é que se ia fazer no dia seguinte havia claro um planeamento a médio prazo que nunca ia a mais de duas semanas, portanto tínhamos actividades diários e tínhamos Tasking que nos apareciam para operações que nos eram impostas pelo escalão superior. Não posso dizer que o tempo de planeamento por ser curto seja uma limitação o meu maior problema era não ter uma força grande porque tudo o que aquilo que nós planeamos nós fizemos e se mais tivéssemos mais planeávamos. A taxa de cumprimento foi sempre muito boa. A missão que nos foi atribuída foi cumprida

Questão VIII - Quais foram as dificuldades a nível de operações sentidas ou percebidas pelo contingente?

O contingente quando chegou lá, não tinha nada, não tinha condições nenhuma, claro que com o tempo as criamos. Era uma antiga fábrica de sapatos, que estava cheia de máquinas de costura e de lixo, recordo-me que o meu gabinete tinha lixo até à janela. A primeira fase foi a limpeza das instalações e como primeira prioridade era montar o sistema de segurança ao quartel e começar a apropriar o quartel de modo a criar as condições mínimas para começarmos a operar. Entre o espaço da nossa chegada ao aquartelamento e o início da missão, a apropriação do quartel foi uma prioridade juntamente com a segurança do mesmo. Outra dificuldade foi o tamanho do efectivo, pois todo aquele processo de limpeza e apropriação teve que ser realizado os efectivos que nós podíamos destinar a aquela tarefa não podiam ser subvertidos da parte operacional tinha que ser através de muito esforço. Foi duro porque toda a montagem daquele circuito para permitir que as pessoas vivessem que não existia do antecedente foi preciso estabelecer, conhecer as pessoas, onde é que nos devíamos dirigir, conhecer os procedimentos, foi começar do zero, não havia nada. Isto de não haver nada levanta algumas questões nomeadamente na segurança, porque é sempre situações de menos compreendidas, desencontros enganos. A força quando está em missão está preparada está treinada bem o seu trabalho e estando no quartel também tem a segurança, mas é espectável que as forças quando estão no quartel a segurança sejam garantidas e por vezes para garantir essa segurança são precisos esforços muito grandes pois tinha-mos um efectivo pequeno.

Questão IX – A nível da estrutura internacional, o contingente português conseguiu-se integrar correctamente?

Conseguimo-nos integrar muito bem, muito bem mesmo, nós Portugueses não temos dificuldades de integração, aliás é provavelmente uma das nossas boas características era o facto de nos integrarmos bem noutros contextos e de sermos naturalmente aceites pelos outros e muitas vezes e quase sempre não somos só aceites mas como compreendidos e respeitados. Nós podemos não ter aquilo que outros exércitos têm nomeadamente a nível de equipamento mas daquilo que é a minha experiencia isso nunca foi limitativo para não sermos bem aceites nem respeitados muito pelo contrário, os nossos militares Oficiais sargentos e praças não deixam os créditos que têm por mãos alheias, são bem desenvolvidos e somos muito respeitados neste ambiente. Nunca demos problemas. Esta integração foi tão bem conseguida que tivemos um pelotão italiano connosco, não foi logo de início mas participava nas reuniões connosco e executava patrulhamentos sob as nossas ordens, não era nenhuma divisão mas era um pelotão e trabalhava connosco sob as nossas ordens nunca ouvem problemas, que isto dizer que o relacionamento quer pessoal e institucional entre as forças foi muito bom ao ponto de termos este pelotão italiano sob nossas ordens. Tivemos todo o Apoio da força Italiana

Questão X – Em que aspecto o “Force Protection” limitou o emprego da força?

Nós tínhamos as ROE que estavam bem claras e tínhamos códigos que as pessoas não podiam sair individualmente, durante muito tempo o mínimo que saia do quartel era duas viaturas com rádio armamento capacetes e colectes anti-bala, era política estabelecida da brigada. As ROE estavam claras, tinham sido treinadas cá, nós conhecíamos o ambiente que se vivia, não tivemos qualquer limitação à nossa actividade operacional impostas pelas ROE diria que as ROE não eram limitativas pelo contrário.

Não houve problemas e nós aplicámos sempre o que estava em vigor, nunca tivemos dúvidas.

Nós tínhamos uma máxima que começava logo pela nossa divisa que era, dos fracos não reza a história, e nós sempre desde inicio fomos sempre FIRMES CONSTANTES e IMPARCIAIS, era o nosso lema firmes constantes e imparciais, esta três palavras orientam para além do era as ordem, era uma excelente orientação.

Questão XI - O fluxo do trabalho de dados, na estrutura internacional a nível operacional funcionava sob os modelos standards da NATO?

Sim, era sob os modelos NATO e funcionava, mas é claro que quando metes um português e um italiano juntos que naturalmente no meio de uma conversa surgem expressões italianas espanhol ou portuguesas, mas o escrito era o inglês tudo o que era documentação de trabalho seguia os modelos NATO, no contacto diário nas reuniões mais formais era o inglês, mas de resto era a melhor linguagem para simplificar a comunicação português espanholado italiano espanhol, mas não havia duvidas para ninguém que o trabalho institucionalizado a língua era o inglês. Nós, portugueses, é engraçado, constata-se o facto que nós temos uma menor tendência que os outros países, nomeadamente os latinos a intrometer a língua materna no inglês, os italianos ou os espanhóis têm, eles esquecem-se muito rapidamente que devem falar inglês e intrometem a língua materna, tem outra percepção da defesa da língua que por vezes nós não temos.

Questão XII – Como estava estruturada a estrutura logística da FND?

Nós tínhamos o viveres alguns viverem que vinham de Portugal, os digamos os produtos Portugueses, mas a base diária era comprada lá apesar do mercado local não havia, era efectuado um pedido logístico à brigada Italiana que depois era pago, íamos á levantar, numa primeira fase íamos buscar lá quase tudo, numa segunda fase começamos a receber os produtos de Portugal.

Questão XIII – Quais foram as dificuldades a nível logístico sentidas ou percebidas pelo contingente?

Quando nós entramos no Kosovo não havia nada, nós entramos praticamente logo a seguir à campanha de bombardeamento da NATO, nós encontramos casas a arder, frutos também daquela rivalidade étnica, não havia nada nem lei nem ordem, não havia mercados, quando chegamos tivemos que recolher água do ribeiro utilizando a estação de tratamento para nos reabastecer. Lembro-me quando entrei em Klina não havia mercado, havia apenas um indivíduo na rua que tinha uma barraca que vendia gasolina e cigarros a avulso, podias chegar lá e comprar um cigarro, esta imagem nunca mais me saiu da mente

Questão IVX – A estrutura logística, que se encontrava montada funcionava correctamente?

Sim funcionava correctamente não me lembro de haver problemas

Questão XVI – Em algum momento por falta de doutrina, ou pelo canal logístico montado não conseguir dar resposta a situação, não houve o fornecimento em causa?

Não de forma nenhuma, como te disse já estávamos muito bem integrados na estrutura internacional e isso facilita depois a todos os níveis descendentes e como é óbvio o trabalho ficou mais facilitado.

APÊNDICE E – ENTREVISTA TENENTE-CORONEL PEIXEIRO



ACADEMIA MILITAR

ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”

Entidade

Local: Amadora

Data: 7/6/2011

Nome: Hilário Dionísio Peixeiro

Função: Oficial de Ops BRR

Missão: 2º Semestre 1996, Bósnia-herzegovina

DOCUMENTO RECTIFICADO PELO ENTREVISTADO

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Major Inf Ricardo Cristo

Lisboa, 2011

GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”.

Entrevistador: Aspirante de Infantaria João Salvador das Neves Correia

Objectivos Gerais:

- Conhecer as enquadramentos gerais da projecção da força
- Obter informação não documentada
- Ir de encontro as dificuldades a nível das Operações encontradas e as suas implicações;

Blocos Temáticos:

Bloco A: Apresentação da entrevista.

Bloco B: Orientado para a obtenção de dados na área do entrevistado

BLOCO A

Questão I – Qual o seu nome completo?

Hilário Dionísio Peixeiro

Questão II - Qual é o seu posto?

Tenente Coronel

Questão III - Qual é a sua Arma ou Serviço?

Infantaria

Questão IV – Qual a função que desempenha?

Neste momento sou o oficial de operações da Brigada de Reacção Rápida

Questão IV - Participou na Força Nacional Destacada, 2º semestre de 1996 pelo 3º BIAT ao Teatro de Operações Bósnia – Herzegovina?

Sim, estive lá no segundo semestre de 1996, mas na altura, agora o nosso Coronel Beleza no 2º BIAT, em Junho de 1996 numa altura em que foi dada a hipótese a quem quisesse cumprir apenas 4 meses de missão e um grande volume inesperadamente de militares quiseram regressar e o batalhão que estava em aprontamento teve então que nomear rapidamente o mesmo numero de militares para as mesmas funções para avançarmos dois meses antes por tanto nós fomos em 5 de Junho, fomos 220 desde 3ºBIAT e tivemos lá os dois últimos meses da missão do 2ºBIAT e depois fizemos os 6 meses do 3ºBIAT e regressamos em Fevereiro de 1997, fiz os 8 meses na função de oficial de logística sempre. Assim participei na parte final do 2ºBIAT e a missão do 3ºBIAT

Questão V – Qual foi a sua função?

Fui Oficial de Logística

BLOCO B

Questão VI – Como estava estruturada a estrutura logística da FND?

Havia a nível Nacional a nível Português, havia no Teatro de Operações um “National Support Element”, na altura chamado Destacamento Apoio de Serviços, que era uma unidade que retirou os recursos materiais necessários e humanos necessários do nosso Batalhão de Apoio de Serviços, da Brigada Aerotransportada e mais uns apoios que o Exercito proporcionou para por no TO da Bósnia então era uma unidade praticamente do escalão Batalhão mandado na altura por um Major quando lá cheguei, mas Inicialmente pelo Tcor Krug e esta unidade fazia o interface de ligação ao território nacional ao Comando do Exercito em termos administrativos ou logísticos para apoio ao batalhão ao batalhão que estava destacado, por tanto todas as funções logísticas estavam representadas. Era esta

NSE que analisava e fazia as requisições todas, fazia todo o encaminhamento de Portugal, daqui do comando da logística fazia lá chegar tinha um destacamento de operação de terminal no aeroporto de Sarajevo recebia tudo processava em termos de alfândega e depois disponibilizava ao batalhão que entretanto levava uma unidade transporte para recolher tudo o que era para ele trazer para a área de operações. A estrutura logística era Portugal para a Bósnia através NSE, então no território da Bósnia Herzegovina lá dentro o ponto de entrada era o NSE através do Aeroporto de Sarajevo que fazia o encaminhamento para as unidades do 3ºBIAT este era a estrutura Logística. Para determinados artigos por exemplo combustível e por exemplo a maioria dos géneros alimentícios era também ele que fazia a ligação com a Brigada Italiana que nos dava a parte de géneros e com o órgão francês que nos proporcionava o combustível, órgão este da Divisão Francesa, Divisão Salamandra, a França era quem geria todo o combustível para as forças da sua divisão, por tanto o que acontecia, esta NSE para efeitos de requisição das quantidades que eram precisos tanto de géneros como de combustíveis tinham elementos lá que tratavam destes contactos na divisão em Sarajevo, tinham um órgão de ligação em Sarajevo. Tudo o resto, vestuário artigos de campanha durante este tempo teve que os trazer de Portugal.

Questão VII - Quais foram as limitações sentidas no desempenho da sua função?

As limitações Tiveram principalmente a ver com os meios de comunicação ao nosso dispor, ou seja nós tínhamos dificuldade em fazer chegar uma mensagem a Portugal, porque os sistemas de comunicação não estavam bem desenvolvidos tínhamos o tradicional posto de comunicação rádio através do qual nós enviávamos os nossos relatórios semanais que era uma mensagem normal, o operador tinha que dactilografar toda a mensagem via telex enviava para Portugal, não havia maneira de nós ligarmos para Portugal. As comunicações telefónicas ainda estavam num grau muito atrasado, para fazer uso do telefone tínhamos que fazer uso de uma linha Italiana para nos ligar para o Regimento de transmissões e depois o regimento de transmissões ligar-nos ao órgão de logística ou intendência, depois de conseguirmos esta ligação para falarmos com o indivíduo, o que poderia acontecer é que ele não estava lá no gabinete e tínhamos que repetir o processo.

As dificuldades limitações foi praticamente a falta de sistemas de ligação, porque tudo o resto em termos de saber doutrinário o que se aplicava lá era precisamente aquilo que tínhamos aprendido no curso de promoção a Capitão e depois no CPOS a NATO implementou a doutrina. Não tínhamos falta de saber, não tínhamos falta de meios humanos nem materiais. Outra limitação foi a falta de capacidade de transporte de Portugal para a Bósnia, imaginemos um C-130 mas para um Batalhão com 800 homens e mais um NSE com 400, todo o avião não chega, porque acaba por vir metade de peças de viaturas, vinha quase metade de uma viatura lá dentro depois mais garrafas de água mais o correio dos

militares, começaram a avolumar-se cada vez mais materiais ficavam em Lisboa à espera de nova oportunidade de serem embarcados, portanto limitações teve a ver com isto, a distancia a que nós estávamos e o meio que tínhamos para o transporte.

Basicamente foram os sistemas de comunicação e depois havia a limitada de capacidade de transporte.

Questão VIII – Quais foram as dificuldades a nível logístico sentidas ou percebidas pelo contingente?

Quando eu lá cheguei era Verão não havia problema, mas eu sabia que o pessoal tinha sentido muita dificuldades com os equipamentos que lhe tinham sido dados na 1ª missão durante o inverno, para nós já não foi muito sentido no nosso inverno, mas continuamos a sentir, não ao nível de pessoal, isto é a nível de equipamento pessoal, o Goro-tex, o abafador polar já o tínhamos, os sacos camas quentes nos quartos as janelas fechadas, já não tínhamos esse problema, continuávamos a ter problema nas viaturas, que continuaram a ser as chaimite, que é descapotável, portanto o UMM Alter que apesar de nós fecharmos todas as entradas de ar, numa viagem sentia-se muito a falta de aquecimento na viatura, mas principalmente as viaturas que transportavam os militares das companhias para as suas missões, as chaimites e as outras Ivecos com blindagem exterior eram muito, muito desabrigadas e portanto as dificuldades foi em tentar ultrapassar isto de maneira de que os militares chegavam ao local tinham que fazer uma patrulha tinham que fazer um Check Point, chegassem em condições boas para desempenhar a sua missão, que neste caso era completamente transir de frio, principalmente os condutores das chaimites nestes dois invernos, o condutor não têm outra hipótese de não vir com a cabeça de fora da viatura a conduzir, e então a temperaturas de 10º ou a 15º negativos e com a deslocação do ar é fácil perceber o que passa um individuo daqueles, por mais gorros que leve, por mais óculos por mais capacete, o individuo chegava em condições impróprias. Muitas vezes tivemos a noção que punham em perigo a própria viatura a própria guarnição porque ponha em risco de perder o controlo de se despistar.

Portanto as dificuldades percebidas pelo batalhão tinham a ver com os equipamentos desadequados para às condições climáticas extremas do inverno

Questão IX – A estrutura logística, que se encontrava montada funcionava correctamente?

Sim, pode-se dizer que sim.

Houve duas situações em que aconteceu, mas o volume, os mantimentos que tínhamos de reserva eram suficientes e dava para ultrapassar isso. Com o combustível não havia problema porque estava no TO, com a alimentação não havia problema porque não vinha digamos aqueles artigos específicos portugueses mas os Italianos forneciam o grosso dos víveres no TO. A estrutura Logística estava bastante bem, talvez no início tenha tido alguns problemas em despachar os navios com os contentores, eu não senti isso porque já lá tinha tudo, inclusivamente quando foi preciso fazer a retracção do dispositivo em Dezembro, porque em Dezembro passamos de um batalhão de 880 indivíduos para um batalhão de 240, portanto quase dois terços do batalhão que naquela transição do natal para Janeiro foi preciso regressar a Portugal, mas mesmo assim o navio que estava à nossa espera no porto de marítimo chegou a tempo, as nossa colunas de viaturas foram levadas a tempo para serem embarcadas, portanto o dispositivo Logístico a estrutura logística dentro das possibilidades de Portugal estava a funcionar bastante aceitavelmente, posso dizer que sim. Não posso ser muito exigente, sei que consegui fazer as coisas todas. Inclusivamente os nacionais os órgãos de apoio tinham capacidade de resposta e tinham disponibilidade para tratar dos nossos assuntos, não é nada como os franceses não é nada como os italianos mas foi um esquema montado, que trabalhava com eficiência.

Pode-se dizer que aquela estrutura Logística pesada inicial do 2ºBIAT para por lá o material? Não houve necessidade, e mesmo assim o 2º BIAT não o conseguiu sozinho, o 2º BIAT projectou porque todo o Exército se empenhou em fazer a projecção, em alugar navios em alugar aviões e por o pessoal do lado de lá. Eles tiveram o trabalho de já no Teatro de organizar as colunas logísticas as colunas de contentores e de leva-las para as posições. Eles tiveram foi problemas de operacionalização, em assumir posições para as companhias que ainda não eram nossas, tiveram ajuda de um destacamento de ligação for de 20 e poucos oficiais que começaram os contacto com as autoridades civis numa tentativa de arranjar edifícios, sentiram foi dificuldades de por em prática um plano, dificuldades naturais, de quando uma pessoa entra num país num território surgem sempre estas dificuldades, acho que foi mais o desafio a vencer do que propriamente as dificuldades propriamente ditas.

Questão X – Em algum momento do deslocamento não houve o fornecimento logístico? Se sim qual o motivo?

Houve em dois tipos de situação em que isso aconteceu:

Numa das situações em que a alteração do estado de Alerta, foi elevado o estado de segurança e que não nos permitia nós sairmos do aquartelamento para ir fazer o que quer que fosse, não podia haver colunas logísticas nem reabastecimentos, tivemos que ficar todos fechados no aquartelamento em postura defensiva, porque havia uma ameaça

declarada quer de atentados quer de emboscadas numa altura em que se prévio que podia capturar um dos indivíduos procurados pelo tribunal ou pelas autoridades da NATO em que foram decretadas ameaças à força e nós recebemos ordens do comando da NATO que a partir daquele momento não havia movimento logísticos de espécie nenhuma, só patrulhas para estabelecer ou esclarecer situações é que podiam ser feitas, Isso demorou mais de uma semana, o avião logístico não se efectuou porque não podia ser recebido lá,

A outra foi a indisponibilidade do meio aéreo, C-130.

Questão XI - Em algum momento por falta de doutrina, ou pelo canal logístico montado não conseguir dar resposta a situação, não ouve o fornecimento em causa?

Não, a o conhecimento, a nossa doutrina era a doutrina que a NATO tinha em vigor e que nos também ensinavam no instituto e nas escolas práticas portanto nós sabíamos como fazer as Cóias, as NEP que lá estavam em vigor difundidas quer por a Divisão Francesa quer pela brigada italiana eram claras e nós tínhamos acesso a elas. **Eram difundidas em Inglês ou em Italiano ou Francês?** Não, a França difundia os seus documentos em francês, a Itália dependia do redactor, umas vezes difundia uma norma qualquer em Inglês outras vezes quando não tinham redactor difundiam em Italiano e depois tínhamos nós com os Oficiais de Ligação lá na Brigada que liam e traduziam e diziam a nós o que é que eram para fazer e chegavam já as vezes a nós já em português.

Questão XII – O fluxo do trabalho de dados, na estrutura internacional a nível operacional funcionava sob os modelos standards da NATO?

Sim, o contingente com as estruturas internacionais ligava-se por meio de dois canais. Um era o canal nacional, que era com as autoridades portuguesas através do Comando da Logística do comando Operacional ou através da Brigada uma vez que o Comando Operacional das Forças Terrestres não existia, tínhamos esse canal de dados, o outro canal era o canal operacional estabelecido através da brigada Italiana, que era o nosso escalão superior, normalmente através dos Oficiais de ligação na brigada que efectuavam a ligação com a estrutura internacional.

Questão XIII - A nível da Estrutura internacional, o contingente português conseguiu-se integrar correctamente?

Sim ouve uma muito boa integração, até porque nós com os Italianos entendia monos muito bem, quando lá chegamos a Brigada que estava lá era a brigada Pára-quedista portanto a mesma família falávamos a mesma linguagem a mesma maneira de nos entendermos a mesma disponibilidade para o serviço tudo foi facilitado nesse aspecto.

Questão XIV – Em que aspecto o “Force Protection” limitou o emprego da Força?

Em termos de “Force Protection” nós tínhamos as regras de empenhamento que estavam definidas que nos diziam precisamente o que é que podíamos fazer, contra quê é que podíamos fazer o quê e em que situações. Ao mesmo tempo em termos de “Force Protection” existia um código de uniformes e equipamentos estabelecidos no caso do Batalhão do 3º BIAT, estava definido que nunca podia haver deslocamentos menos que 3 viaturas e que os militares dentro das viaturas tinham que envergarem em todo o momento o capacete e o colete balístico e andar armados, toda a gente.

Questão XV- Quais foram as dificuldades a nível de operações sentidas ou percebidas pelo contingente?

A força encontrava-se bem preparada, não houve problemas de monta sentidos para a execução das Operações. A execução das Operações decorriam normalmente, recebemos algum material que permitiu colmatar os aspectos detectados pelo 2ºBIAT, por exemplo a situação dos condutores, recebemos a adaptação das torres para as chaimites que protegiam os condutores do frio, foram situações que se foram resolvendo durante a nossa estadia, e facto de se ter efectuado a maior parte da missão de Verão ajudou muito também

APÊNDICE F – ENTREVISTA CORONEL ESGALHADO



ACADEMIA MILITAR

ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”

Entidade

Local: Lisboa

Data: 8/6/2011

Nome: António Pedro Proença Esgalhado

Função: Coronel na Reserva

Missão: 1º Semestre 2000, Kosovo

DOCUMENTO RECTIFICADO PELO ENTREVISTADO

Autor: Asp Of Al Inf João Salvador das Neves Correia

Orientador: Major Inf Ricardo Cristo

Lisboa, 2011

GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “Forças de Abertura de um Teatro de Operações”.

Entrevistador: Aspirante de Infantaria João Salvador das Neves Correia

Objectivos Gerais:

- Conhecer as enquadramentos gerais da projecção da força
- Obter informação não documentada
- Ir de encontro as dificuldades a nível das Operações encontradas e as suas implicações;

Blocos Temáticos:

Bloco A: Apresentação da entrevista.

Bloco B: Orientado para a obtenção de dados na área do entrevistado

BLOCO A

Questão I – Qual o seu nome completo?

António Pedro Proença Esgalhado

Questão II - Qual é o seu posto e cargo?

Coronel na Reserva

Questão III - Qual é a sua Arma ou Serviço?

Infantaria

Questão IV – Qual a função que desempenha?

Ultima função desempenhada – 2º Cmdt RI 14 (até Dezembro 2010)

Questão IV - Participou na Força Nacional Destacada, 1º semestre de 2000 pelo Agrupamento Charlie ao Kosovo?

Sim

Questão V – Qual foi a sua função?

Oficial de Operações do Agrupamento

BLOCO B

Questão VI – Como estava estruturada a Força no TO?

Comando, Companhia de Comando e Serviços, Companhia de Atiradores e Esquadrão de Reconhecimento. Isto traduzia-se em 5 Pelotões “de manobra”, dos quais, um garantia o serviço interno e de guarnição, e a chamada “Reserva H+5” (prazo de intervenção de 5 minutos), outro garantia a execução de missões permanentes, dois outros executavam as missões de patrulhamento aleatórias, e o último estava em repouso, assegurando a reserva H+30.

Questão VII - Quais foram as limitações sentidas no desempenho da sua função?

O desempenho operacional estava ajustado ao efectivo disponível. Faltava ao oficial de operações o apoio de um sistema de informação militar credível, fidedigno e capaz, o que não existia (nem existe) no Exército Português.

Questão VIII - Quais foram as dificuldades a nível de operações sentidas ou percebidas pelo contingente?

A falta de aptidão linguística do pessoal, a par da utilização de intérpretes locais de fiabilidade duvidosa (quer do ponto de vista da lealdade ao militar português, quer do ponto de vista da sua própria aptidão linguística) – a primeira e a mais básica das capacidades necessárias numa operação de paz é a de comunicar.

Questão IX – A nível da estrutura internacional, o contingente português conseguiu-se integrar correctamente?

A relação entre o Comandante do Agrupamento e o Comandante da Brigada era leal e cooperativa. Ao nível do EM e da “tropa no terreno” as relações pautavam-se mais pela rivalidade e a competição do que pela colaboração.

Questão X – Em que aspecto o “*Force Protection*” limitou o emprego da força?

As regras de protecção impostas no TO não constituíam exactamente uma limitação ao emprego da força – isso, quando muito, poderia derivar das regras de empenhamento. Contudo, a postura de protecção obrigava, isso sim, a uma multiplicação de meios para tarefas simples que conduzia a maior desgaste para o pessoal e a maiores consumos logísticos (por exemplo, a proibição de circulação de viaturas isoladas a partir das 22:00, sendo exigido um mínimo de 2 viaturas para quaisquer movimentos no exterior).

Questão XI - O fluxo do trabalho de dados, na estrutura internacional a nível operacional funcionava sob os modelos standards da NATO?

Todos os relatórios obedeciam a modelos baseados nos preconizados pela doutrina OTAN

Questão XII – Como estava estruturada a estrutura logística da FND?

Ao nível do EM, o S1 e S4 funcionavam conjuntamente numa mesma área (a que, algo abusivamente, chamávamos o CAL – Centro Administrativo-Logístico) sob a supervisão directa do 2º Cmdt Agr. A execução era garantida pela CCS, na qual existia um Pel Reab Svç, um Pel Man e um Pel San.

Ainda que a força dispusesse de alguma autonomia administrativa e financeira para aquisições locais (de bens ou de serviços), a maioria do reabastecimento era feito por via aérea a partir do TN e houve um grande abastecimento de artigos da CI VI feito por uma empresa civil por via terrestre.

Questão XIII – Quais foram as dificuldades a nível logístico sentidas ou percebidas pelo contingente?

O abastecimento de artigos da classe I, IX (sobressalentes) nem sempre era oportuno e a capacidade de execução de trabalhos de manutenção além da do nível Unidade era limitada. O problema era algo mitigado pela visita periódica de equipas de contacto, que todavia nem sempre garantiam a adequada oportunidade.

O apoio sanitário era igualmente limitado e os meios de resposta a uma emergência de maior gravidade não existiam, pelo que o contingente dependia dos meios internacionais para este efeito. O abastecimento da CI VIII era igualmente deficiente.

Questão XIV – A estrutura logística, que se encontrava montada funcionava correctamente?

Dentro dos meios e capacidades disponíveis, pode dizer-se que faziam bastante mais do que seria expectável.

Questão XV – Em algum momento do deslocamento não existiu o fornecimento logístico? Se sim qual o motivo?

Daquilo que me consigo recordar, não se pode falar em falhas de reabastecimento mas sim em demoras (ou atrasos), alheios ao Exército. Os tipos de viaturas operacionais utilizadas pela força eram conhecidos pela dificuldade de obtenção de sobressalentes (mesmo no TN) e acontecia por vezes o voo de sustentação ser adiado por motivos diversos. Seria injusto afirmar que houve falhas no fornecimento logístico. Inclusivamente, a força foi autorizada a contactos directos com unidades americanas no TO para a obtenção e aquisição de sobressalentes para as viaturas M-113.

ANEXOS

ANEXO G – O MILITAR PORTUGUÊS EM MISSÕES DE PAZ – FACTORES HUMANOS NO PRÉ E NO PÓS-DESLOCAMENTO

O Militar Português em Missões de Paz – Factores Humanos no Pré e no Pós-Deslocamento

Ten. Paiva, Alf. Cerdeira, Alf. Rodrigues e Alf. Ferro

Resumo

O centro de Psicologia Aplicada do Exército Português tem desenvolvido estudos no âmbito da Psicologia Militar sobre os militares integrados nas operações de manutenção de paz na Bósnia-Herzegovina, IFOR e SFOR. Estes estudos têm sido desenvolvidos de acordo com as solicitações organizacionais, nomeadamente do Estado-Maior do Exército, com o objectivo de estabelecer um programa de avaliação e acompanhamento psicológico fora do TO, com incidência particular no pré-deslocamento e no pós-deslocamento.

Este conjunto de avaliações possibilitou a caracterização psicológica do soldado português integrado em missões de paz com referência aos aspectos sintomatologias / clínicos, níveis quantitativos de stress, hierarquização de valores, representações sobre a missão, motivações e “stressores”

O objectivo do presente trabalho consubstancia-se no desenvolvimento de estratégias de enquadramento ao nível de futuras acções de Recrutamento, Selecção e instrução de contingentes a integrar missões de paz, bem como o estabelecimento de programas de acompanhamento e apoio aos militares integrados em missões desta natureza e às suas famílias

Introdução

As missões de Manutenção de Paz, nomeadamente as desenvolvidas actualmente na Bósnia-Herzegovina, representam um desafio aliciante quer na vertente da investigação, quer na vertente da intervenção. O Exército Português deslocou para este território até ao presente momento quatro Batalhões, três Batalhões Aerotransportados da Brigada Aerotransportada Independente que integraram a IFOR e um Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mista Independente que integra a SFOR.

As problemáticas originadas por estes deslocamentos desencadearam um conjunto de interrogações, explicitadas pelo General CEME, pelo General Ajudante-General e pelo

Brigadeiro Director de Recrutamento, tendo sido traduzidas na necessidade de delinear um modelo de avaliação psicológica dos militares que integram este tipo de missões.

A construção e implementação deste modelo de avaliação multidimensional foi atribuída ao Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), que colocou duas equipas no terreno, a Unidade de Avaliação Psicológica do Pré-Deslocamento e a Unidade de Avaliação Psicológica do Pós-Deslocamento. O modelo de avaliação proposto por estas unidades conheceu alguns reajustamentos metodológicos e instrumentais ao longo das várias intervenções, e pretendeu responder ao seguinte conjunto de interrogações organizacionais:

- Que tipo de sintomatologia clínica está presente nos militares envolvidos neste tipo de missões, e se existem diferenças no Pré e no Pós-Deslocamento?
- Quais são os níveis de stress no Pré e no Pós-Deslocamento?
- Quais são os valores dos militares portugueses integrados em Missões de Paz?
- Quais são as representações dos militares portugueses sobre Missões de Manutenção de Paz?

Quais as motivações dos militares que pretendem integrar Missões de Manutenção de Paz?

- Quais são os stressores encontrados no Pré e no Pós-Deslocamento?

Depois de uma breve descrição dos aspectos metodológicos utilizados procuraremos responder a estas questões.

Metodologia

Sujeitos

Foram avaliados 1346 sujeitos pertencentes a 3 Batalhões, o 2º BIAT e o 3º BIAT da BAI e o 1º BIMEC da BMI. Estas avaliações compreenderam as seguintes fases do deslocamento:

A avaliação desenvolveu-se em três momentos, caracterizando-se o primeiro pela aplicação de um inventário de avaliação clínica, tendo sido realizado por todos os sujeitos, o segundo momento pela aplicação de testes complementares de avaliação multidimensional (realizados pelo 3º BIAT e pelo 1º BIMEC) e o terceiro e último momento pela avaliação qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas e questionários.

Instrumentos

Foram utilizados cinco instrumentos que passamos a descrever:

SCL – 90 (Symptom Distress Checklist)

O SCL – 90 é um inventário de avaliação clínica que pode ser caracterizado como uma lista de sintomas com correspondência a determinados psicopatologias. Trata-se de um

instrumento de auto-administração em que o sujeito descreve a forma como se sente. O teste contém 90 itens distribuídos por 9 categorias, em que cada uma é composta por 6 a 13 itens. O SCL – 90 está construído sob a forma de uma escala tipo Likert de 0 (nunca) a 4 (sempre), onde o indivíduo escolhe a opção mais correcta para si face à afirmação que compões o item. Ou seja, é levado a indicar até que ponto determinado problema, ou queixa, exposto em cada item lhe causa mau estar.

Os resultados obtidos em cada categoria são divididos pelo numero de itens correspondentes a cada categoria. O resultado final de cada categoria é um valor compreendido de 0, correspondente a uma ausência de mal estar, e o valor 4, correspondente a uma presença de mal estar. Segundo o manual foi considerado o valor 2 como valor crítico indicador de patologia, sendo considerado como patológicos os resultados superiores a este. Foi também utilizada como medida de veracidade para este estudo a escala L (escala de veracidade) do MMPI (Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota) sendo considerados como não verdadeiros os testes com resultados ou superiores a 10 da escala L do MMPI.

Lista de Sintomas de Mal-estar (categorias)

I - *SOMATIZAÇÃO* – Esta dimensão reflecte o mal-estar proveniente da percepção de disfunções corporais. Estão incluídas queixas centradas nos sistemas cardiovasculares, gastrointestinal, respiratório, bem como outros sistemas com forte mediação autónoma. Também é composto por dores de cabeça, dores de costas, desconforto ligado a músculos para além de outros equivalentes somáticos de ansiedade.

II - *OBSessão-COMPULSIVA* – Esta categoria centra-se em pensamentos, impulsivos e acções vivenciadas pelo indivíduo como irresistíveis e contínuos, mas de natureza indesejáveis ou estranhas ao ego. Também estão representados comportamentos indicadores de dificuldades cognitivas gerais.

III - *SENSIBILIDADE INTERPESSOAL* – esta categoria revela sentimentos de inadequados pessoais e inferioridade do indivíduo face a outros. Também são fontes comuns de mal-estar a auto-desvalorização, sentimentos de inquietação, desconforto durante interacções pessoais e expectativas negativas em relação à comunicações interpessoais.

IV- *DEPRESSÃO* – Estão representados sintomas de afecto e humor disfóricos, bem como sinais de perda de interesse nos acontecimentos de vida, falta de motivação e energia vital. Esta dimensão reflecte sentimentos de desespero, para além de outros

aspectos somáticos correlacionados com a depressão. Estão também incluídos itens ligados a pensamentos sobre a morte e ideação suicida.

V – *ANSIEDADE* – Nesta categoria estão incluídos indicadores gerais de tensão, inquietações e nervosismos para além de sinais somáticos adicionais. Itens que medem ansiedade flutuante e ataques de pânico são um aspecto integral desta dimensão. Está também incluído um item de sentimento de desassociação

VI – *HOSTILIDADE* – Esta dimensão está organizada em torno de 3 categorias de comportamento hostil, pensamentos, sentimentos e acções. Os itens vão desde sentimentos de aborrecimento e impulsivos de quebrar objectos até discussões e expulsões de temperamento incontroláveis

VII – *ANSIEDADE FÓBICA* – Estão representados nesta categoria medos de natureza fóbica orientados para viagens, espaços abertos, multidões ou espaços públicos. Estão também incluídos vários itens que representam comportamentos de fobia social.

VIII – *IDEAÇÃO PARANOIDE* – Estes itens foram desenvolvidos sobre pensamentos paranoicos, projecções, hostilidade, suspeita, falta de autonomia, grandiosidade, etc.

IX – *PSICOTISMO* – sintomatologia aguda, bem como comportamentos vistos como indicadores menos definidos de processo paranóide. Estão também presentes sinais secundários de comportamentos psicóticos e estilo de vida esquizóide.

Esta escala também compreende um conjunto de escalas suplementares que se destinam a avaliar problemas ao nível do Apetite, Sono, Tendência Suicida e Culpa.

ESVP (Escala de Stress da Vida Profissional)

A escala de Stress da vida profissional foi criada e desenvolvida por David Fontana (1990) e tem por objectivo avaliar o stress em contexto organizacional. Caracteriza-se por ser uma escala do tipo misto, com questões de escolha múltipla, questões de resposta sim/não e uma experimental. Os seus resultados distribuem-se por três níveis:

Nível 1 – Sujeitos com resultados entre 0 e 15 – Stress não é um problema

Nível 2 Sujeitos com resultados entre 16 e 30 – Stress é moderadamente um problema

Nível 3 – Sujeitos com resultados entre 31 e 45 – Stress é claramente um problema

WIS (Work Importance Study)

Decorre desde 1979 um projecto internacional designado por Work Importance Study WIS, coordenado pelo Prof. D. Super e que tem, entre outros objectivos, desenvolver técnicas de avaliação psicológicas dos vários aspectos dos valores e o estabelecimento de

modelos teóricos que permitem investigar os valores que as pessoas procuram ou desejam encontrar nos vários papéis da vida. Os projectos de cada país são autónomos e regularmente tem havido conferências internacionais com a participação dos coordenadores das equipas. Em Portugal este projecto é desenvolvido pela equipa docente do Ramo de Orientação Escolar e Profissional da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa sob a Orientação do Professor Ferreira Marques.

A Escala de valores WIS é constituída pelos 18 Valores

1. Utilização das Capacidades – utilizar e desenvolver as suas capacidades;
2. Realização – fazer as coisas bem, sentir que faz (ou fez) as coisas bem;
3. Promoção – ter mobilidade em termos de progredir na carreira, de melhorar o nível de vida;
4. Estético – aumentar e gozar a beleza das coisas que naturais, quer feitas pelo homem;
5. Altruismo – ajudar as outras pessoas;
6. Autoridade – dizer aos outros o que têm de fazer, chefiar ou dirigir;
7. Autonomia – tomar decisões por si mesmo, ser independente na sua esfera de acção;
8. Criatividade - desenvolver ideias novas ou fazer coisas novas;
9. Económico - ter um alto nível de vida, bom ordenado, estabilidade de emprego;
10. Estilo de vida – trabalhar e viver como quer, de acordo com as suas ideias;
11. Desenvolvimento pessoal – ter ideias sobre o que quer fazer na vida, encontrar satisfação pessoal no seu trabalho;
12. Actividade física – fazer muita actividade física, no desporto, no trabalho etc;
13. Prestígio - ser admitido e considerado;
14. Risco - ser capaz de aceitar riscos ou fazer coisas arriscadas;
15. Interação Social – estar com outras pessoas enquanto faz qualquer coisa ou trabalho;
16. Relações sociais – estar com amigos ou pessoas de quem gosta, falar com outros;
17. Variedade - haver diversidade no que faz, mudar de actividades;
18. Condições de trabalho – ter boas condições no local de trabalho;

Com base na questão “Que importância tem para si como pessoa os valores abaixo indicados?” o sujeito avalia cada um dos valores apresentados, utilizados, utilizando uma escala de 4 pontos:

1. Pouca ou nenhuma importância
2. Alguma importância
3. Bastante importância
4. Muita importância

As características metrológicas deste instrumento (validade de constructo e consistência interna elevadas), decorre do modo de desenvolvimento da escala, justificam a sua utilização na prática do aconselhamento vocacional e da selecção, quer com jovens quer com adultos. A hierarquização dos valores que os indivíduos pretendem atingir nos vários papéis da vida que desempenham e permitir, em conjunto com outras informações, tomadas de decisão mais adequadas. Estes instrumentos, WIS, têm sido considerados como bastante útil em investigações que associem valores com diferentes cursos e profissões, diferenças culturais, diferentes processos de socialização e estádios de vida (Neial e Super, 1986).

Questionário de Avaliação do Conforto Psicológico

Foi desenvolvido pela unidade de avaliação do Pós-Deslocamento um questionários orientado para a obtenção de informação descritiva sobre a percepção dos militares em relação ao TO durante a missão. O instrumento é constituído por 53 itens (escolha múltipla, escalas tipo Likert e questões abertas) e pretendeu avaliar as seguintes dimensões:

- Quais os principais factores que estiveram na origem da decisão de integrar a missão
- O grau de motivação, à partida, e a sua eventual alteração durante a missão
- As razões dessa eventual alteração
- Quais os sinais/factores de conforto e desconforto psicológico, durante a missão
- Qual a percepção das acções de preparação, em confronto com aquelas efectivamente desempenhadas no terreno
- Qual a apreciação critica e sugestões relativas às condições de uma missão deste tipo.

Entrevistas Semi-Estruturadas

Foi desenvolvida pelo Gabinete de Estudos do CPAET uma entrevista semi-estruturada baseada numa lógica de avaliação multidimensional que passamos a explicar:

1ª Dimensão/Avaliação do Ecossistema Familiar – Avaliação dos aspectos relacionais (relação com parceiro, com os pais, com os filhos), aspectos relacionados com o grau de autonomia parental e financeira, socialização familiar e o grau de aceitação do ecossistema familiar em relação à missão.

2ª Dimensão/Avaliação do Ecossistema Escolar – Avaliação da história escolar dos sujeitos (dificuldades, insucessos, abandono, recomeço, atribuições) e da presença ou

ausência da formação profissional (local, designação, tipo de cursos, habilitações conferida)
ausência da formação profissional (Local, designação, tipo de cursos, habilitação conferida)

3ª Dimensão/Avaliação do Ecossistema Organizacional – Avaliação da história organizacional dos sujeitos (recruta, especialidade, principais dificuldades sentidas na organização, tempo de permanência em campos militares, motivo do voluntariado); avaliação das atitudes, representações, preocupações e motivações em relação à missão SFOR.

4ª Dimensão/Avaliação Clínica – Avaliação clínica do sujeito, através da confirmação/não confirmação de problemas de personalidade, resultantes do despiste do SCL – 90 e do ESVP

Procedimento I

Depois da aplicação da escala SCL – 90 e do Teste ESVP, foram sujeitos a “screening” (despiste):

- Sujeitos com resultados iguais ou superiores a dois nas escalas do SCL – 90, e com resultados inferiores a 9 na escala de veracidade.
- Sujeitos com resultados superiores a 30 no ESVP
- Sujeitos com resultados superiores a 10 na escala de veracidade do SCL – 90

Procedimento II

Foram criadas e desenvolvidas aplicações informáticas, com o objectivo de se proceder à cotação automática de todos os instrumentos utilizados na avaliação

Procedimento III

Os sujeitos resultantes do despiste foram entrevistados (entrevistas semi-estruturadas) com recurso a métodos de avaliação clínica complementares.

Procedimento IV

Procedeu-se à caracterização psicológica dos batalhões através do recurso a métodos estatísticos e de avaliação qualitativa.

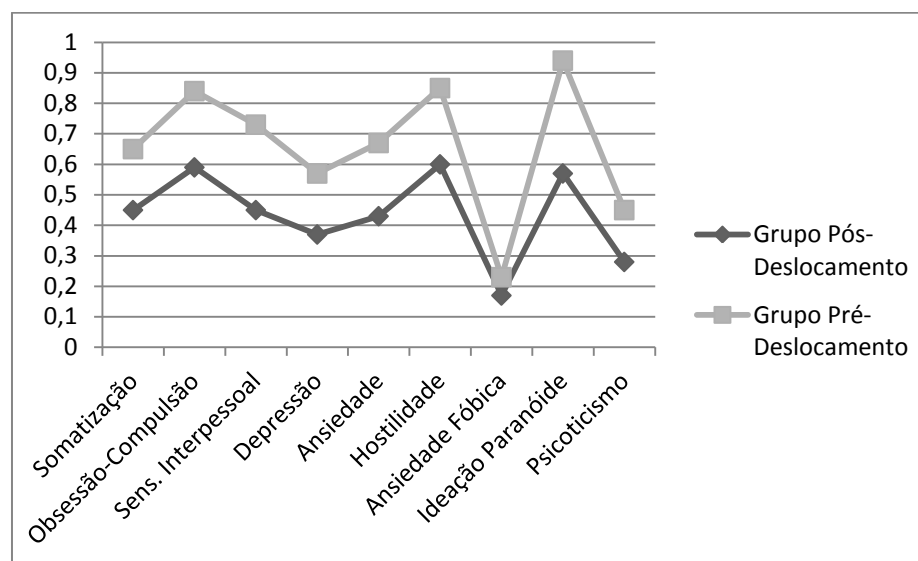
Tratamento Estatístico

Em relação à análise das relações estabelecidas entre as variáveis do estudo foram utilizados vários tipos de tratamento estatístico (Estatística Descritiva – Médias, Amplitudes, Desvios Padrão, Correlações –P de Person) feito por computador, através do programa Estatística for Windows – Release 4.3 da STA Sft, Inc. de 1993.

Resultados

Podemos observar a representação gráfica, a estatística descritiva e a diferença de médias dos resultados obtidos no SCL – 90 pelos militares na situação de pré-deslocamento e pós-deslocamento

Figura 2 – Diferença de Médias no SCL – 90 no Pré – Deslocamento / Pós - Deslocamento



A análise demonstra que os sujeitos na situação de pré-deslocamento obtêm resultados médios no SCL – 90 sempre superiores aos sujeitos no pós – deslocamento, sendo esta diferença estatisticamente significativa em todas as dimensões, como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Diferença de Médias no SCL – 90 entre Pré – Deslocamento / Pós – Deslocamento

SCL- 90	Pré – Deslocamento (N = 803)		Pós – Deslocamento (N = 575)	
	Média	D.P.		
Somatização	0,65	.50	0,45	.40
Obsessão-Compulsão	0,84	.51	0,59	.50
Sens. Interpessoal	0,73	.50	0,45	.45
Depressão	0,57	.45	0,37	.38
Ansiedade	0,67	.49	0,43	.39
Hostilidade	0,85	.62	0,60	.56
Ansiedade Fóbica	0,23	.33	0,17	.28
Ideação Paranóide	0,94	.60	0,57	.55
Psicoticismo	0,45	.43	0,28	.36

Em termos qualitativos observa-se que os valores médios mais elevados em termos de sintomatologia clínica no pré-deslocamento são a Ideação Paranóide (*“pensamentos paranoides, projecções, hostilidades, suspeita, falta de autonomia, grandiosidade, ...”*), a Hostilidade (*“sentimentos de aborrecimento e impulsos de quebrar objectivos até discussões e explosões de temperamento incontroláveis”*) e a **Obsessão-Compulsão** (*“pensamentos,*

impulsos e acções vivenciadas pelo individuo como irresistíveis e contínuos, mas de natureza indesejável ou estranhos ao ego). Esta tríade mantém-se no pós-deslocamento, com uma alteração significativa da posição da Ideação Paranóide, que apresenta a redução dos valores médios mais significativa. O comportamento desta dimensão poderá estar relacionado com dois factores que poderão estar intrinsecamente associados.

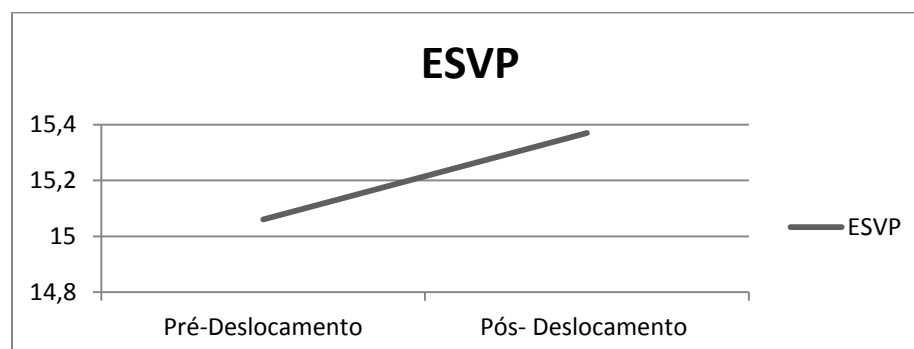
1º É esperado que a dimensão Ideação Paranóide apresente resultados mais elevados antes do deslocamento (que depois diminuirão no pós-deslocamentos) para um TO desconhecido e em situação de conflito não clássico (características das missões de paz)

2º Esta elevação indiciadora de suspeitas do desconhecido, poderá também remeter-nos para uma necessidade de informação constante sobre o TO, por vezes difícil devido ao empenho organizacional na instrução do contingente a deslocar.

Stress (ESPVP)

Podemos observar a representação gráfica da diferença de médias dos resultados obtidos no ESVP pelos militares na situação de pré-deslocamento e pós-deslocamento:

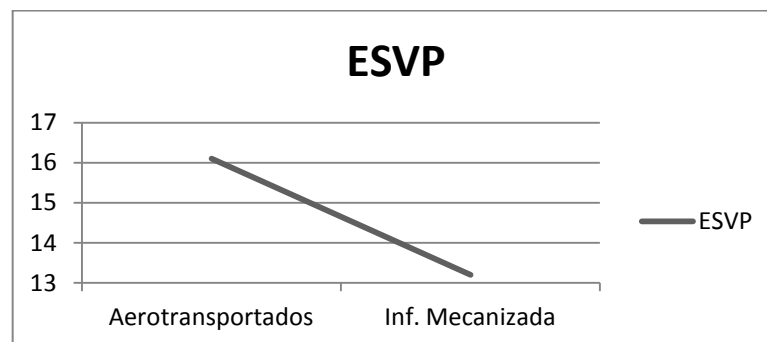
Figura 3 – Diferença de Médias no ESVP entre Pré-Deslocamento/Pós-Deslocamento



A análise gráfica demonstra que os sujeitos na situação de pré-deslocados obtêm resultados médios no ESVP inferiores aos sujeitos no pós-deslocamento, ou seja, níveis médios de stress mais elevados. Tal facto, está relacionado com um enviesamento produzido pela diferenciação dos níveis médios de stress das forças a deslocar, ou seja, as forças que participaram na missão IFOR. Aerotransportados, têm níveis médios de stress mais elevados que as forças que integram a SFOR, infantaria mecanizada. Observemos o quadro seguinte, tomado em consideração os resultados médios obtidos pelos

aerotransportados e pala infantaria mecanizada, na situação de pré-deslocamento, pois não existem ainda resultados do pós-deslocamento das forças que integram a SFOR

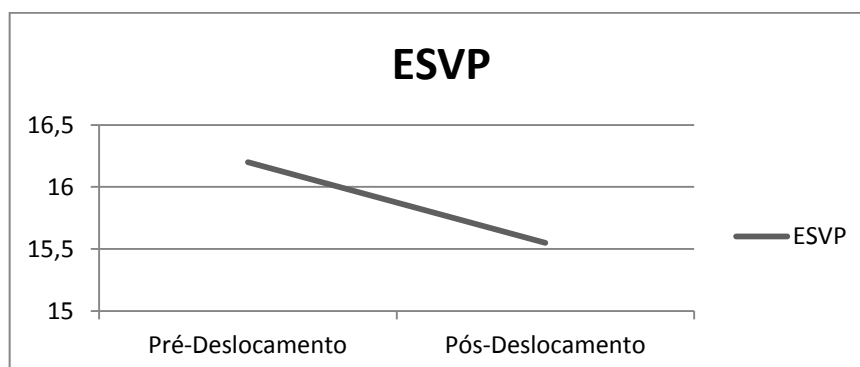
Figura 4 – Diferença de médias no ESVP entre aerotransportados/Infantaria Mecanizada (Pré-Deslocados)



A diferença de médias entre estas duas forças, poderá ser explicativa por vários factores, nomeadamente em relação aos acidentes que ocorreram antes do deslocamento do 3ºBIAT, que originaram 2 mortos por rebentamento de engenho explosivo, pelas características inerentes ao facto dos aerotransportados serem uma tropa especial, traduzida numa socialização organizacional, e termos de instrução e de enquadramento institucional, potencializada de níveis de stress mais elevados, e ainda, pela diferença em termos de missão, a IFOR pela proximidade Temporal do conflito um TO de risco mais elevado.

No entanto, se tivermos em consideração apenas resultados médios ao nível do stress das forças integrantes da IFOR (aerotransportados) podemos observar que a tendência verificada ao nível da sintomatologia clínica se mantém.

Figura 5 – Diferença de médias no ESVP no Pré Deslocamento/Pós – Deslocamento (Missão IFOR – Forças Aerotransportadas)



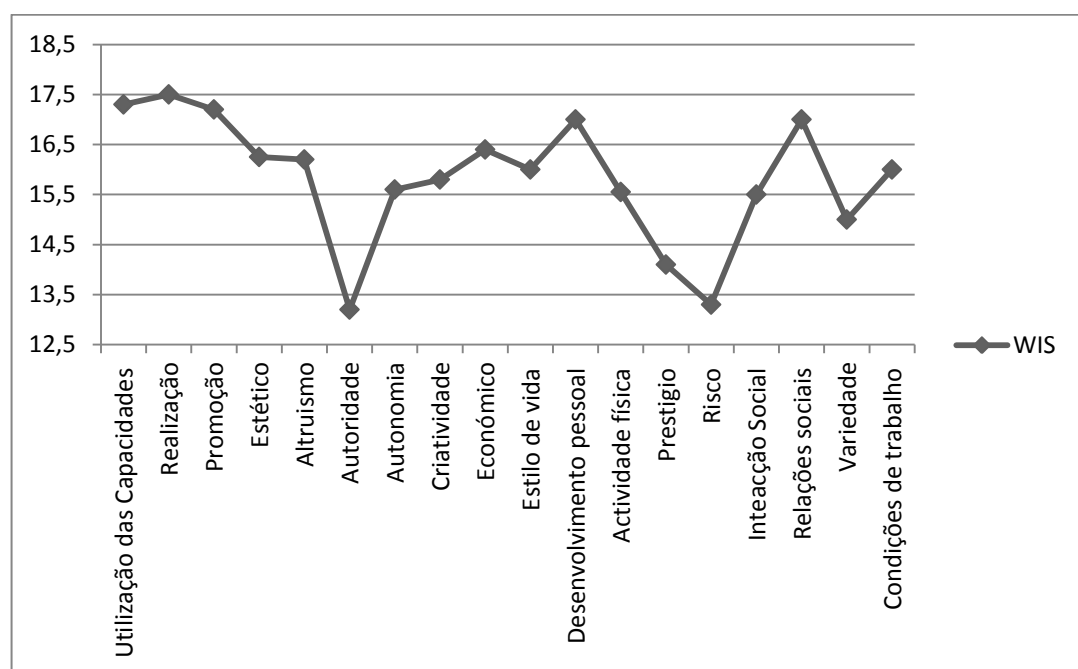
Como podemos observar no quadro anterior, existe uma redução dos níveis médios de stress do Pré-Deslocamento para o Pós-deslocamento, confirmando-se a tendência observada em relação à sintomatologia clínica.

Numa abordagem mais qualitativa foram enquadradas diferenças nos níveis médios de stress entre companhias – as companhias operacionais apresentam níveis de stress mais elevados do que as companhias de comandos e serviços, entre os Postos – os soldados apresentam níveis médios mais elevados de stress do que os graduados; e pelo tempo de permanência na organização os sujeitos com menos tempo de permanência na organização apresentam níveis médios mais elevados de stress.

Valores (WIS)

Podemos observar a representação gráfica dos resultados obtidos na WIS pelos militares portugueses integrados em missões de paz:

Figura 6 – Representação Gráfica dos Resultados da Escala de Valores WIS (N=434)



Verifica-se que os valores que surgem com médias mais elevadas são a Realização (17,5) “fazer as coisas bem, sentir que faz ou fez as coisas bem” a Utilização das Capacidades (17,30) “Utilizar e desenvolver as suas capacidades”, o Desenvolvimento Pessoal (17,09) “ter ideias sobre o que fazer na vida, encontrar satisfação pessoal no seu trabalho”, as Relações Sociais (17,01) “estar com amigos ou pessoas de quem gosta, falar com os outros”, e a Promoção (16,65) “ter mobilidade em termos de progredir na carreira, de melhorar o nível de vida”. Os três resultados mais baixos verificam-se os Riscos (13,23) “ser capaz de aceitar o riscos ou fazer coisas arriscadas” na Autoridade (13,32) “dizer aos

outros o que têm de fazer, chefiar ou dirigir” e no Prestígio (14,13) “ser admirado e considerado”.

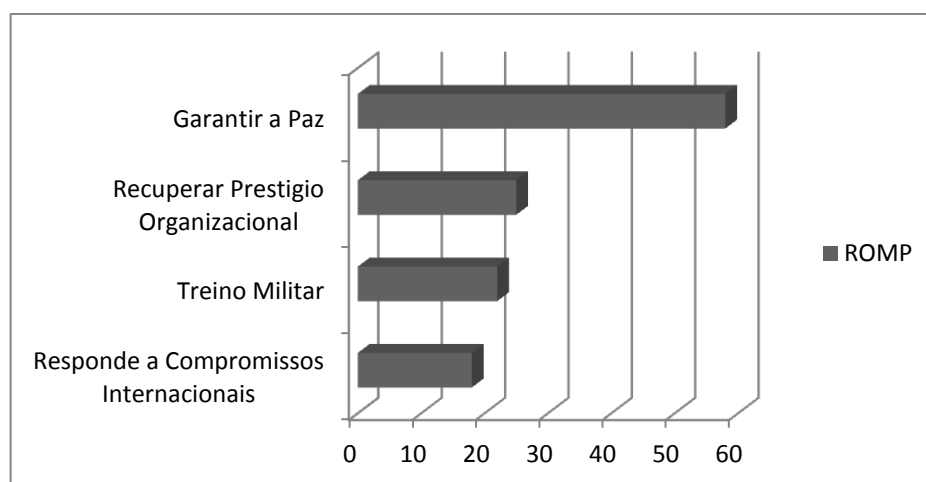
Estes resultados encontram-se de acordo com estudos já realizados com a população portuguesa da mesma faixa etária, quer em meio civil quer em meio militar. Poderá ser curioso, o facto de tropas operacionais, como caso presente considerarem valores pouco importantes, o Risco e a Autoridade, o que poderá estar relacionado com vários factores, que se podem inter-relacionar

- a) Em relação ao Valor Risco, sabe-se que os jovens portugueses lhe atribuem pouca importância, não se sabendo no entanto, se este grupo de sujeitos deveria valorizar mais o Risco – se é esperado que estes jovens valorizem o risco (enquanto sujeitos pertencentes a tropas operacionais) então algo pode estar a funcionar mal na socialização organizacional, se é desejável em termos organizacionais que estes jovens não valorizem o Risco, estão então socializados e formados correctamente.
- b) Em relação ao valor Autoridade, é esperado que o grupo de sujeitos avaliados, na sua grande maioria soldados, lhe atribuem pouca importância devido ao seu papel organizacional.

Representações dos Objectivos da Missão

As dimensões referidas em termos de representação dos objectivos da missão, como podemos observar no quadro seguinte, revelam-se que os sujeitos centram o objectivo destas missões em torno a: garantir a paz, recuperar o prestígio organizacional, referindo os ganhos da popularidade para o país e para o Exército; responder a compromissos internacionais, nomeadamente da NATO e da ONU e ao nível do treino militar, ou seja, objectivam a missão ao nível do treino da capacidade e da eficiência militar.

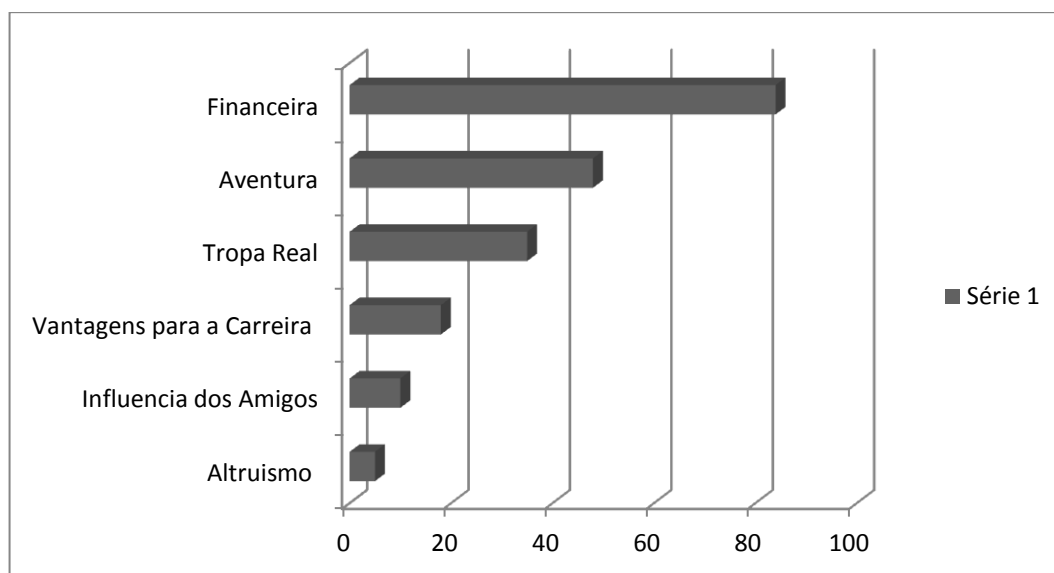
Figura 7 – Representações sobre o Objectivo das Missões de Paz



Motivação

As motivações referidas pelos sujeitos para estas missões centram-se nos aspectos financeiros, na aventura relacionada com o conhecer uma terra e um povo diferente e na “Tropa real” relacionada com o desenvolvimento da actividade militar em contexto real. Observemos as dimensões referidas:

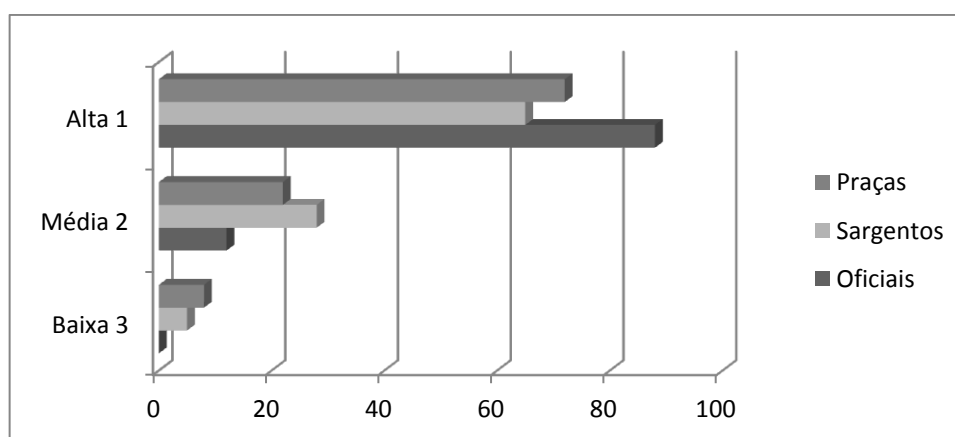
Figura 8 - Motivações para Integrar Missões de Paz



Numa abordagem realizada pela Unidade de Avaliação Psicológica do Pós-Deslocamento observaram-se diferenças entre postos nos factores motivacionais referidos para integrarem Missões de Paz. Nos Oficiais e Sargentos prevalecem factores da Ordem Realização Pessoal e Profissionais, enquanto as Praças também valorizam a Aventura e os Factores económicos.

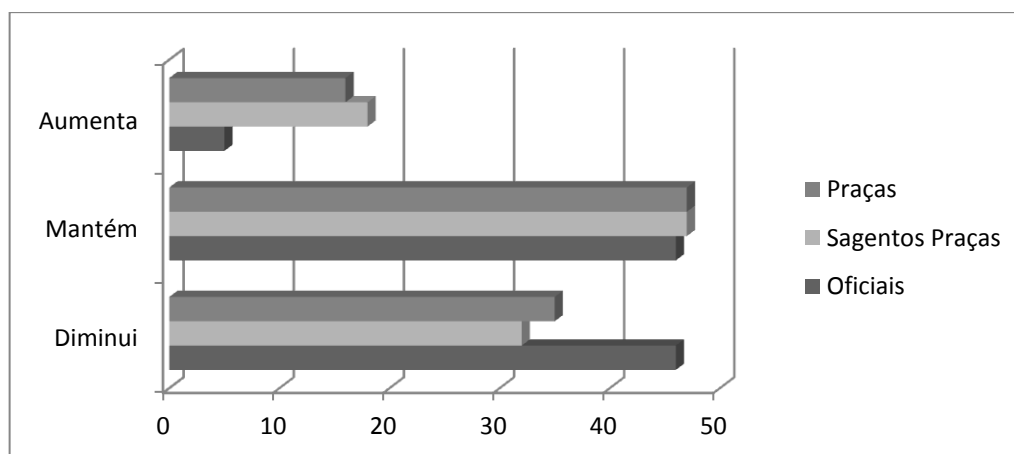
Também numa abordagem realizada per esta unidade avaliaram-se os aspectos quantitativos da motivação e a sua flutuação no Teatro de Operações. Observamos os resultados no quadro seguinte:

Figura 9 – Análise Quantitativa da Motivação para a Missão



As motivações referidas à partida sofreram flutuações no Teatro de Operações, com particular incidência no Oficiais que sendo o grupo que apresentava mais sujeitos com motivação alta no pré-deslocamento é o grupo que se apresenta mais sujeitos com diminuição de motivação no Teatro de Operações.

Figura 10 – Análise da flutuação da Motivação no Teatro de Operações



Os factos referenciados pelos Oficiais e Sargentos para as oscilações da motivação no Teatro de Operações, nomeadamente os factores de desmotivação, são tipo de missão e as funções desempenhadas, enquanto as praças referem a falta de contacto com familiares e o tipo de missão e as funções desempenhadas. Refira-se também a falta de descanso/lazer como factor de desmotivação de graduados e praças.

Stressores

As análises qualitativas dos stressores dos militares envolvidos em operações de manutenção de paz revelam-nos as seguintes dimensões:

Figura 11- Stressores Pré – deslocamento

Integridade Física (medo das minas e dos snippers)	65%
Capacidade Logística para evitar Desconforto	52%
Integridade Psicológica	23%
Camaradas pouco preparados	29%
Camaradas pouco disciplinados	39%
Possibilidade de conflito no Terreno	10%
Treino insuficiente	20%
Saudades dos amigos e família	13%
Falta de reconhecimentos (as praças RV/RC querem ser reconhecidos como profissionais)	10%
Coesão do Grupo	16%
Medo que aconteça alguma coisa com a família durante o deslocamento	16%

Os principais “stressores” referidos pelos sujeitos antes do deslocamento são a integridade física, nomeadamente a preocupação com as minas e os snipers, a capacidade logística para fazer frente ao desconforto, nomeadamente às condições climáticas adversas, à alimentação e ao alojamento, os camaradas pouco disciplinados, ou seja, sujeitos que já estão há algum tempo na Organização Militar mas que se revelam maus militares porque são desleixados e “baldas”, os camaradas pouco preparados, ou seja, sujeitos que se voluntariaram para a missão mas que têm pouco tempo de instrução no BIMEC; a integridade psicológica, nomeadamente o medo do stress, o medo de não suportar a rotina, o medo de não suportar a separação dos seus familiares e amigos, e por fim, o treino insuficiente, que poderá estar relacionado com o facto dos praças referirem o desconhecimento dos objectivos de cada instrução

Observamos os “stressores” avaliados no pós-deslocamento e que se reportam ao Teatro de Operações:

Figura 12 – Stressores no Teatro de Operações

Falta de contacto com Familiares e Amigos	65%
Apoio Logístico / Condições de Vida	46%
Falta de contacto com Mulheres	42%
Falta de Informação Organizacional	30%
Falta de tempo de lazer	29%
Saudades / Tristeza / Solidão	19%

Esta alteração dos stressores, com uma focage pronunciada nas saudades da família e dos amigos, remete-nos para o factores de distancia, do isolamento e provavelmente da rotina quotidiana.

Considerações Finais.

Esta investigação pretendeu desenvolver uma abordagem psicológica multidimensional dos militares portugueses envolvidos em Missões de Manutenção de Paz. Como podemos observar pelos resultados, ocorrem mudanças significativas durante as etapas do deslocamento, nomeadamente ao nível da sintomatologia clínica, dos níveis de stress e da qualidade dos stressores e dos factores motivacionais.

Estas mudanças remetem-nos para um carácter não estruturado, reactivo ao deslocamento, da sintomatologia, confirmado pela diminuição significativa de todas as dimensões. No entanto, as investigações que estamos a desenvolver, revelem que o Tempo de Deslocamento é um factor que afecta a sintomatologia clínica, existindo diferenças importantes no sujeitos que estiveram 4 meses ou 6 meses no terreno. Refira-se este propósito que o tipo de tropa a deslocar, é um factor que também contribui para a diferenças

importantes, nomeadamente nos níveis de stress avaliados, com particular incidência para a existência de valores médios mais elevados nas tropas especiais.

Em termos de investigação ressalta uma dimensão crítica, relacionada com o facto de não termos estado presentes no Teatro de Operações, o que reduz significativamente as possibilidades de recolha e cruzamento da informação.

Finalizando e utilizando as ideias transmitidas por Paul T. Bartone no IASMPs de 1996, a compreensão dos stressores psicológicos, e de outras dimensões psicológicas – acrescentamos nós, poderá permitir às organizações militares otimizar as doutrinas e políticas que permitem aos militares manter a competência e capacidade de recuperação em futuras operações de Manutenção de Paz.

ANEXO H - FÍGURAS



Figura 2.2 - Zonas controladas pelas partes envolvidas

Fonte: http://downloads/geografia/iugoslavia_novas_fronteiras

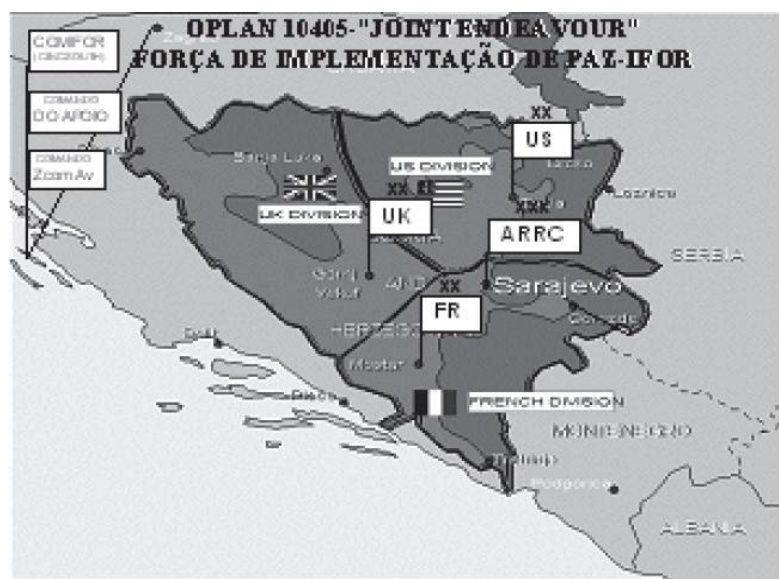


Figura 2.3 – Divisão dos sectores atribuídos às divisões

Fonte: Adaptado de Rocha (2000)



Figura 2.4 - Divisões dos sectores atribuídos às divisões

Fonte: http://www.globalsecurity.org/military/library/report/call/call_98-19_v2elecs3.htm



Figura 2.5 - Inter Entity Boundary Line

Fonte: http://www.globalsecurity.org/military/ops/joint_guardian.htm